

CÓDIGO
DA
CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

APROVADO

POR

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 1913



COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1913

R. E. 1804

BIBLIOTECA DA RELAÇÃO
DE
DOMINGO MARQUES

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e tendo em vista, nomeadamente, as seguintes disposições: decreto de 31 de dezembro de 1852, lei de 7 de julho de 1862, decretos de 7 de abril de 1869 e de 30 de junho de 1870, leis de 17 de maio de 1880, 29 de julho de 1899 e de 13 de maio de 1901, decretos com força de lei de 20 de abril e de 4 de maio de 1911, leis de 9 de maio de 1912, 15 de fevereiro e 25 de março de 1913 e decreto de 29 de março de 1913: hei por bem, sobre proposta dos Ministros de todas as Repartições, decretar o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Código da Contribuição Predial, que fica fazendo parte integrante dêste decreto e vai assinado por todos os Ministros.

Art. 2.º — As disposições dêste Código sobre anulações e recursos extraordinários regularão, na parte aplicável, para todas as demais contribuições directas do Estado até que sejam revistos ou reorganizados os respectivos diplomas.

Art. 3.º — O Código da Contribuição Predial entra imediatamente em vigor.

Art. 4.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 5 de junho de 1913. — *Manuel de Arriaga — Afonso Costa — Rodrigo José Rodrigues — Álvaro de Castro — João Pereira Bastos — José de Freitas Ribeiro — António Caetano Macieira Júnior — António Maria da Silva — Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.*

CÓDIGO DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

CAPÍTULO I

Da tributação

SECÇÃO I

Da incidência da contribuição predial

Artigo 1.º — São sujeitos a contribuição predial todos os prédios situados no continente e ilhas adjacentes, que não sejam isentos por lei.

Art. 2.º — O prédio é a hipoteca especial da contribuição predial que sôbre êle recai.

Art. 3.º — A contribuição predial é devida no concelho ou bairro da situação do prédio.

Art. 4.º — A contribuição predial divide-se em urbana e rústica.

§ 1.º Para os efeitos dêste artigo, os prédios são considerados:

a) *Urbanos*. — Quando destinados à habitação ou ao exercício de qualquer indústria que não seja exclusivamente a exploração do solo; e os terrenos aplicados a jardins, quintais, parques, alamedas ou semelhantes, isolados ou anexos, à parte edificada, mas que lhe sirvam de mero recreio ou logradouro.

b) *Rústicos*. — Quando destinados a qualquer cultura, ainda que compreendam palheiros, adegas, abgoarias, celeiros, casas de malta, ou outras dependências especialmente destinadas a recolher operários ou empregados, géneros, gados e alfaías agrícolas; e bem assim quando destinados a qualquer exploração,

como salinas, pedreiras e outros não tributados por lei especial.

c) *Mixtos*. — Quando reúnam as condições de urbanos e de rústicos.

§ 2.º Os prédios *míxtos* ficam sujeitos a contribuição predial urbana e rústica pelo rendimento de cada uma das procedências.

Art. 5.º — São isentos de contribuição predial:

1.º Os prédios do Estado, considerando-se como tais os edifícios públicos e as propriedades encorporadas nos Bens Nacionais, enquanto estiverem na administração e fruição do Estado;

2.º Os paços e outros edifícios do concelho e da paróquia, se forem propriedade municipal ou paroquial, ainda que a câmara ou paróquia os tenha cedido para qualquer serviço público. Se a câmara ou paróquia, porém, sómente possuir o domínio útil, a contribuição recairá sobre a importância do fôro, uma vez que este, por disposição legal, não seja também isento de imposto;

3.º Os edifícios em que funcionem as escolas oficiais, se para esse fim tiverem sido cedidos gratuitamente;

4.º Os edifícios em que estiverem estabelecidos os hospitais e as misericórdias e outros quaisquer serviços de assistência e beneficência pública, com autorização e sob a fiscalização do Estado, exceptuando-se, porém, a parte sobrance que fôr dada de arrendamento ou por outra forma cedida a terceiros;

5.º As casas onde, exclusiva e gratuitamente, se dê protecção à mendicidade e à infância desvalida, nos mesmos termos do número anterior;

6.º Os cemitérios públicos e seus templos e depósitos interiores;

7.º Os terrenos baldios de logradouro comum, quer dos moradores do concelho, quer dos moradores da paróquia;

8.º Os terrenos incultiváveis;

9.º Durante vinte anos, a contar do da sementeira, os terrenos incultos que, não sendo aptos para outras culturas, forem aplicados à cultura florestal, sem prejuízo do disposto no artigo 255.º do regulamento de 24 de dezembro de 1903;

10.º Durante dez anos, contados do da primeira cultura, as terras pantanosas que forem enxutas por meio de drenagem e entregues a qualquer cultura;

11.º Durante dez anos, a contar do da primeira cultura, os terrenos incultos em que forem estabelecidas colónias agrícolas de conformidade com as disposições applicáveis do decreto de 20 de dezembro de 1893;

12.º Os terrenos incultos dados por aforamento, durante os primeiros cinco anos.

§ 1.º Os proprietários a cujos prédios seja atribuído globalmente rendimento colectável não superior a 10\$ não pagam contribuição predial, mas esta isenção não aproveita ao rendimento colectável correspondente aos foros, censos e pensões.

§ 2.º Os bens affectos ao culto de qualquer religião, incluindo os cedidos gratuitamente pelo Estado ou pelos corpos administrativos, estão sujeitos à contribuição predial, cabendo o encargo do pagamento dela às corporações ou entidades encarregadas do culto.

§ 3.º Enquanto não existirem estas corporações, a contribuição será lançada à respectiva junta de paróquia, nos termos dos artigos 89.º e 106.º a 108.º da lei da separação de 20 de abril de 1911, sempre que os bens estiverem na fruição dos fieis, sob a direcção dum determinado ministro da religião, que presida às cerimónias cultuais e do qual a junta haverá a respectiva importância.

§ 4.º Os paços episcopais, presbitérios e seminários que estiverem cedidos, nos termos dos artigos 98.º a 102.º e 110.º da referida lei, estão sujeitos à contribuição predial, que será paga pelos ocupantes sob as penas dêste Código, e em especial da do dito artigo 110.º, no caso de ser necessária execução.

Art. 6.º Sendo necessário reconhecer o direito às isenções estabelecidas em os n.ºs 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º do artigo 5.º, os interessados requererão ao presidente da junta de matrizes uma inspecção aos prédios, expondo a situação dos mesmos, sua extensão e demais circunstâncias.

§ único. A inspecção deve ser requerida só depois de ter começado a cultura quando se tratar das isenções dos n.ºs 9.º, 10.º, 11.º e 12.º

Art. 7.º — O presidente da junta entregará o requerimento ao secretário de finanças para este o autuar e oficiará ao inspector de finanças participando a pretensão do requerente e solicitando-lhe a nomeação dum perito.

Art. 8.º — O secretário de finanças intimará o perito nomeado para prestar, perante elle, compromisso de honra e lavrará o respectivo termo, que será assinado por ambos.

Art. 9.º — O perito procederá à inspecção no prazo que o presidente da junta designar e entregará ao secretário de finanças o respectivo relatório.

Art. 10.º — O presidente da junta dará publicidade à pretensão do requerente por meio de éditos de 30 dias e a comunicará oficialmente à câmara municipal.

Art. 11.º — Nos dez dias posteriores ao último dos éditos, pode a Fazenda Nacional, a câmara municipal ou qualquer contribuinte apresentar impugnação à pretensão do requerente.

Art. 12.º — Durante o prazo designado no artigo anterior, o processo estará patente na secretaria de finanças para ser examinado por quem o desejar.

Art. 13.º — A impugnação por parte da Fazenda Nacional, quando deva ser feita, será deduzida pelo secretário de finanças.

Art. 14.º — Não havendo impugnação, a junta decidirá logo a pretensão do requerente. Havendo impugnação, a junta mandará proceder a vistoria.

Art. 15.º — A vistoria será feita pela comissão de que trata o artigo 158.º, substituindo-se, porém, o membro de nomeação da câmara municipal pelo louvado que o requerente indicar.

Art. 16.º — Para os efeitos do artigo anterior, o requerente será intimado para, no prazo de dez dias, nomear louvado e fazê-lo comparecer perante o secretário de finanças no prazo de cinco dias a contar da nomeação. A nomeação do louvado será feita em requerimento, podendo o requerente alegar no mesmo o que tiver por conveniente.

Art. 17.º — À vistoria é applicável o que vai disposto nos artigos 168.º e 170.º

Art. 18.º — A comissão, tomando conhecimento da pretensão do requerente, do relatório do perito, das impugnações e da contestação, procederá à vistoria no prazo que o presidente da junta designar e entregará ao secretário de finanças o respectivo parecer.

Art. 19.º — Junto o parecer ao processo, a junta resolverá a pretensão.

Art. 20.º — A decisão da junta será intimada pelo secretário de finanças ao requerente e impugnantes.

Art. 21.º — Da decisão da junta cabe recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos nos prazos e pela forma estabelecida na secção IV do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

Art. 22.º — Se o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos julgar necessário, para decidir o recurso, mandará proceder ao levantamento topográfico por pessoal competente.

Art. 23.º — Da decisão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos cabe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo nos prazos e pela forma estabelecida na secção IV do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

Art. 24.º — As custas e selos do processo, de que trata esta secção, serão pagas pelo requerente se decair. A contagem das custas será feita pela tabela dos emolumentos e salários judiciais, com excepção dos salários dos peritos e louvados, que serão contados nos termos do artigo 241.º

SECÇÃO II

Sistema de tributação

Art. 25.º — A contribuição predial terá aplicação o sistema de cotidade por meio de taxas progressivas e degressivas, baseadas na taxa média que fôr fixada na lei anual do Orçamento do Estado para cada uma das espécies de propriedade — urbana e rústica.

§ 1.º As taxas de tributação e os rendimentos a que

são aplicáveis constam do seguinte quadro, em que T representa a taxa média:

Taxas a aplicar	Rendimentos colectáveis
T - 3.....	de 10\$1 a 20\$
T - 1.....	de 20\$1 a 100\$
T.....	de 100\$1 a 300\$
T + 1.....	de 300\$1 a 500\$
T + 2.....	de 500\$1 a 1.000\$
T + 3.....	de 1.000\$1 a 2.000\$
T + 4.....	de 2.000\$1 a 5.000\$
T + 5.....	de 5.000\$1 a 10.000\$
T + 6.....	de 10.000\$1 a 20.000\$
T + 7.....	de 20.000\$1 a 50.000\$

e 20 por cento do excedente a 50.000\$1, mas calculando-se e escriturando-se em separado.

§ 2.º Sobre a contribuição predial não recai adicional algum além dos impostos locais que tiverem de ser cobrados juntamente com a mesma contribuição.

§ 3.º A percentagem das câmaras municipais sobre a contribuição predial do Estado continuará a ser a mesma que foi determinada pelo Ministério das Finanças nos termos do artigo 5.º e seu § único da lei de 15 de fevereiro de 1913, ou aquela que as câmaras fixarem até a percentagem sobre as demais contribuições gerais do Estado, nos termos das leis aplicáveis.

§ 4.º Com a contribuição predial será cobrado o selo de arrendamento, havendo-o, quando não fôr pago no respectivo título.

Art. 26.º — Para a determinação das taxas a aplicar a cada contribuinte, tomar-se há a totalidade do seu rendimento colectável global, arredondado em escudos por excesso, quando superior a 100 escudos, e por diminuição quando inferior a essa quantia, sendo esse arredondamento feito tanto na soma dos rendimentos dos prédios rústicos, como na dos urbanos, em cada concelho.

§ único. Se os contribuintes perceberem rendimento proveniente, parte de propriedade urbana e parte de propriedade rústica, cada uma dessas partes será tributada pela taxa que lhe fôr aplicável, nos termos do

artigo anterior, devendo, porém, ambas as taxas ser determinadas pela totalidade do rendimento colectável global.

Art. 27.º — Os terrenos incultos serão colectados pela sua área, com o imposto de 5 centavos por hectare.

§ 1.º Consideram-se incultos os terrenos que não produzem rendimento útil para seus donos, e ainda os de pousio em que as sementeiras se façam com intervalos superiores a dez anos.

§ 2.º Se, decorridos vinte anos a partir de 1911, não estiverem reduzidos a cultura, os terrenos incultos serão declarados propriedades do Estado.

Art. 28.º — Quanto aos prédios foreiros, o senhorio directo será tributado pela importância relativa ao fôro e o enfiteuta pelo rendimento colectável líquido dêsse encargo.

§ 1.º Se o enfiteuta, por estipulação em contrato, tiver obrigação de pagar a contribuição correspondente ao fôro, todo o rendimento colectável atribuído ao prédio foreiro figurará em seu nome.

§ 2.º Todavia, se o rendimento global do senhorio, compreendendo todos os seus foros, determinar a aplicação duma taxa superior à do enfiteuta, o excesso de contribuição pelo fôro será separadamente lançado ao senhorio.

Art. 29.º — Em todos os outros casos de propriedade imperfeita, exceptuando o usufruto, aplicar-se hão respectivamente as disposições do artigo anterior e seus parágrafos, presumindo-se, porém, até prova em contrário, que é proprietário pleno do prédio quem figura como seu dono na matriz ou o está possuindo.

§ único. Se a propriedade pertencer em comum a diversos indivíduos, a contribuição será paga nos termos da parte final dêste artigo, até que seja requerida a divisão do imposto pelos interessados, mediante a apresentação dos documentos comprovativos da sua co-propriedade.

Art. 30.º — Quanto aos prédios arrendados por prazos superiores a vinte anos, o proprietário será tributado pela importância da renda e o arrendatário pela diferença entre essa importância e o rendimento colectável.

§ 1.º O mesmo se observará nos prédios urbanos ou

12

suas divisões, arrendados para estabelecimentos comerciais ou industriais, de que tratam os artigos 33.º e seguintes do decreto com força de lei de 12 de novembro de 1910, desde que o rendimento colectável se torne superior à renda.

§ 2.º Os arrendatários de que trata o presente artigo e seu § 1.º são equiparados, unicamente para os efeitos da contribuição predial, aos enfiteutas ou outros proprietários imperfeitos.

§ 3.º Se o arrendatário, por estipulação em contrato, tiver obrigação de pagar a contribuição correspondente ao prédio, todo o rendimento colectável atribuído ao prédio arrendado figurará em seu nome, applicando-se, porém, ao proprietário o disposto, para os senhores directos, no § 2.º do artigo 28.º

Art. 31.º — Os prédios cedidos pelo Estado a entidades que não gozam do benefício de isenção de contribuição predial serão tributados em nome destas, procedendo-se a avaliação nos termos da secção III do capítulo VII, artigos 157.º e seguintes.

CAPÍTULO II

Das matrizes prediais

SECÇÃO I

Da organização das matrizes provisórias

Art. 32.º — Inscrever-se hão nas actuais matrizes prediais, como rendimentos colectáveis das propriedades que anteriormente a 4 de maio de 1911 estavam sujeitas à contribuição predial pelo regime de repartição, as quantias correspondentes a $\frac{100}{7}$ das somas das verbas principais e dos adicionais para o Estado liquidadas no ano de 1910.

§ único. Para as propriedades inscritas na matriz depois de 1910 sujeitas ao sistema de repartição, e para aquelas que tenham sofrido modificações nos seus

rendimentos colectáveis depois deste ano, as matrizes provisórias serão feitas como determina este artigo, mas pelas últimas liquidações.

Art. 33.º — Aos prédios urbanos já inscritos nas matrizes da propriedade urbana em regime de cota fixa, com excepção dos constantes das matrizes dos quatro bairros de Lisboa, serão corrigidos os rendimentos colectáveis pela multiplicação por 1,3.

Art. 34.º — Para os efeitos do disposto no artigo 32.º, os secretários de finanças procederão à correcção do rendimento colectável de cada prédio inscrito nas matrizes actuais, multiplicando esse rendimento por um número tal, que o produto seja $\frac{100}{7}$ da colecta correspondente a esse prédio liquidada no ano de 1910, conforme o respectivo mapa de repartição.

§ 1.º A colecta correspondente a cada prédio é a cota parte da colecta lançada ao contribuinte que pertencer em distribuição proporcional ao rendimento desse prédio.

§ 2.º Para simplicidade de operações e uniformidade de serviços, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos calculará e enviará às Inspekções de Finanças os números a que se refere este artigo, designando um número para cada concelho e cada uma das oito classes de contribuintes estabelecidas nas leis de 30 de junho de 1890 e 26 de fevereiro de 1892 para o efeito da aplicação do imposto complementar, determinando essas classes pelo limite dos rendimentos correspondentes aos limites das colectas mencionadas nas referidas leis. Estas classes serão designadas de 1 a 8 em ordem ascendente.

§ 3.º Os secretários de finanças, tendo recebido das inspekções os oito números de que trata o parágrafo antecedente, indicarão pela ordem da matriz e em cada artigo o número da classe a que pertence o contribuinte proprietário do respectivo prédio, para o que irão consultando o correspondente artigo do mapa de repartição do ano de 1910.

§ 4.º Em seguida ao trabalho preliminar estabelecido nos parágrafos antecedentes, procederão ao cálculo do rendimento corrigido, multiplicando cada rendimento pelo número correspondente à designação ordinal (de

1 a 8), que já se acha apontada no respectivo artigo da matriz.

§ 5.º O novo rendimento será designado em escudos e centavos, substituindo-se qualquer fracção de centavo pelo aumento duma unidade no número dos centavos.

Art. 35.º — Para os efeitos do disposto no artigo 33.º, os secretários de finanças multiplicarão por 1,3 os rendimentos colectáveis atribuídos aos prédios urbanos em regime de cota fixa anterior à lei de 15 de fevereiro de 1911, com excepção dos constantes das matrizes prediais dos quatro bairros de Lisboa.

Art. 36.º — Com respeito aos prédios urbanos, cujos rendimentos foram aumentados em virtude da apresentação dos contratos de arrendamento e declarações de que trata o decreto com força de lei de 12 de Novembro de 1910, serão êsses contratos e declarações consideradas como reclamações já feitas e, assim, de atender na organização das matrizes, observando-se o seguinte:

a) Se o rendimento constante do contrato ou declaração fôr superior ao que resultaria da multiplicação, nos termos dos artigos 34.º e 35.º, do rendimento anteriormente inscrito, tomar-se há como rendimento corrigido o constante dos referidos arrendamentos e declarações;

b) Se o rendimento constante do arrendamento ou declaração não fôr superior ao que resultaria da multiplicação, nos termos dos artigos 34.º e 35.º, tomar-se há como rendimento corrigido o resultado dessa multiplicação.

Art. 37.º — Depois de corrigidos os rendimentos nos termos dos artigos anteriores, procederão os secretários de finanças à formação das matrizes prediais urbanas e rústicas.

§ 1.º As actuais matrizes existentes nos concelhos do continente e ilhas adjacentes e bairros do Pôrto continuarão em regra a servir para a propriedade rústica, eliminados que sejam os artigos e rendimentos colectáveis correspondentes aos prédios urbanos, indicando-se sempre o número do artigo em que o prédio eliminado passa a ser inscrito na nova matriz.

§ 2.º Os artigos correspondentes aos prédios urbanos.

o seus novos rendimentos colectáveis serão transcritos nas matrizes prediais urbanas com indicação na coluna descritiva do número do artigo da matriz donde provêm.

§ 3.º Proceder-se há de forma contrária nos concelhos ou bairros onde os artigos dos prédios urbanos sejam em maior número do que os dos prédios rústicos.

§ 4.º Nos bairros de Lisboa continuarão servindo as actuais matrizes para os prédios urbanos, corrigindo-se apenas os rendimentos colectáveis das matrizes rústicas nos termos do artigo 32.º

Art. 38.º — Cada artigo da matriz predial servirá para nêle se inscrever um prédio. Todos os artigos serão numerados seguidamente na mesma matriz.

§ 1.º Os prédios mixtos ficarão integralmente escritos em ambas as matrizes, levando-se sómente à coluna do rendimento colectável o rendimento correspondente à parte relativa à respectiva matriz, e ficando o rendimento da outra parte como esclarecimento na coluna da descrição do prédio.

§ 2.º Nos prédios mixtos, em que não estiver ainda destrinchado o rendimento colectável de cada uma das partes, proceder-se há do mesmo modo na matriz urbana, deixando-se em branco a coluna do rendimento colectável até que se faça a destrinça.

Art. 39.º — Para facilitar a soma dos rendimentos colectáveis corrigidos nas actuais matrizes, na parte em que ficam vigorando, inscrever-se hão êsses rendimentos a tinta vermelha no espaço de que se dispuser na coluna 14.ª

Art. 40.º — O prédio indiviso, que nas actuais matrizes estiver inscrito em nome de dois ou mais proprietários, aos quais tenha sido lançada separadamente a contribuição predial, será do mesmo modo descrito na matriz que se organizar de novo, desdobrando-se o seu rendimento colectável em tantos quinhões quantos forem os co-proprietários e indicando-se na coluna descritiva a cota parte que a cada um pertence.

Art. 41.º — Cada artigo da matriz predial será fechado com um risco de tinta depois de dez linhas em branco.

Art. 42.º — A matriz predial urbana (modelo n.º 1) conterá os seguintes dizeres:

- 1.º Número de ordem topográfica;
- 2.º Rendas ou lugares da situação dos prédios;
- 3.º Nomes e moradas dos proprietários ou usufrutuários;
- 4.º Referências às alterações nos nomes e moradas;
- 5.º Descrição do prédio com todas as suas divisões e confrontações;
- 6.º Rendimento bruto de cada andar ou divisão do prédio quando possa ser destinado a mais dum locatário;
- 7.º Percentagem destinada às despesas de conservação;
- 8.º Rendimento colectável parcial por cada andar ou divisão;
- 9.º Rendimento colectável total;
- 10.º Rendas pagas pelos arrendatários;
- 11.º Excesso do rendimento colectável sobre a renda paga ao senhorio, nos casos especiais previstos neste Código;
- 12.º Nome e morada do arrendatário quando deva ser tributado ou doutras pessoas e entidades que, não sendo os proprietários, estão sujeitas ao pagamento da contribuição predial ou parte dela;
- 13.º Foros, e outros encargos e nomes e moradas de quem dêles tem o domínio;
- 14.º Referências aos livros auxiliares;
- 15.º Observações, compreendendo todas as indicações não previstas nos números anteriores, que possam influir directa ou indirectamente no rendimento colectável e na determinação do responsável ou responsáveis pelo pagamento da contribuição predial.

Art. 43.º — O actual modelo da matriz predial rústica será substituído, no caso do § 3.º do artigo 37.º, por outro (modelo n.º 2), que conterá os seguintes dizeres:

- 1.º Número de ordem topográfica;
- 2.º Situação ou localidade dos prédios;
- 3.º Nomes e moradas dos proprietários ou usufrutuários;
- 4.º Referências às alterações dos nomes e moradas;

5.º Descrição dos prédios com designação dos seus nomes próprios, se os tiverem, e todas as confrontações;

6.º Medição rigorosa ou aproximada dos prédios, segundo o sistema métrico em vigor, fazendo-se para isso as reduções que forem necessárias;

7.º Porção de sementeira que os prédios comportam em litros;

8.º Rendimento bruto em géneros;

9.º Rendimento bruto em dinheiro;

10.º Cota parte da produção bruta média, em géneros e em dinheiro, dos prédios que se não cultivam todos os anos;

11.º Classe do terreno;

12.º Percentagem destinada às despesas de cultura;

13.º Percentagem destinada às despesas de conservação;

14.º Número de hectares de terrenos incultos;

15.º Rendimento colectável parcial;

16.º Rendimento colectável total;

17.º Rendas pagas pelos arrendatários;

18.º Excesso do rendimento colectável sobre a renda paga ao senhorio, nos casos especiais previstos neste Código;

19.º Nomes e moradas dos arrendatários ou de outras pessoas que, não sendo os proprietários, estão sujeitas a contribuição predial ou parte dela;

20.º Foros, e outros encargos e nomes e moradas de quem dêles tem o domínio;

21.º Referências aos livros auxiliares;

22.º Observações, compreendendo todas as indicações não previstas nos números anteriores, que possam influir directa ou indirectamente no rendimento colectável e na determinação do responsável ou responsáveis pelo pagamento da contribuição predial.

Art. 44.º — Exceptuando as matrizes urbanas dos bairros de Lisboa, as matrizes organizadas nos termos dos artigos antecedentes serão consideradas provisórias quanto aos rendimentos nelas inscritos e tornar-se-ão definitivas para os prédios cujos rendimentos colectáveis forem determinados nos termos do artigo 36.º e alínea a) ou por inspecção directa nos termos deste Código.

Art. 45.º — Os rendimentos colectáveis inscritos nas matrizes provisórias organizadas nos termos desta secção não podem ser diminuídos sem preceder avaliação de todos os prédios que o contribuinte possua no continente e ilhas adjacentes.

Art. 46.º — As matrizes prediais apresentarão a soma total do rendimento colectável dos prédios nelas inscritos e terão os livros auxiliares de que trata este Código.

Art. 47.º — Somadas as matrizes prediais, o secretário de finanças extrairá delas verbetes contendo os nomes e moradas dos proprietários, usufrutuários, senhorios directos, enfiteutas e demais proprietários imperfeitos, e arrendatários dos prédios quando devam ser tributados, os números dos artigos das matrizes em que os prédios estão inscritos, as freguesias e o rendimento colectável de cada prédio.

Art. 48.º — Quanto aos prédios enfiteuticos ou arrendados por mais de 20 anos, o verbete que se extrair conterá, como rendimento colectável para o senhorio directo ou proprietário, a importância do fôro ou renda, e para o enfiteuta ou arrendatário a diferença entre o fôro ou renda e o rendimento colectável; e semelhantemente se procederá em todos os outros casos de propriedade imperfeita, excepto o usufruto.

Art. 49.º — Concluída a extracção dos verbetes de cada matriz, somar-se hão as importâncias do rendimento colectável neles lançadas para ver se confere com a da respectiva matriz. Quando não conferir, o secretário de finanças fará as verificações necessárias até conhecer onde se cometeu o erro.

Art. 50.º — Extraídos os verbetes, modelos n.ºs 3 e 4, de todas as matrizes do concelho ou bairro, e depois de verificada a sua exactidão nos termos do artigo antecedente, serão os mesmos verbetes colocados por ordem alfabética dos nomes dos contribuintes, ficando separados os verbetes que respeitam a cada uma das contribuições, rústica e urbana, reunindo-se num só verbete todos os artigos e seus rendimentos do mesmo contribuinte respeitantes a prédios que tiver inscritos na matriz de cada freguesia.

§ 1.º Em um dos verbetes da contribuição predial

urbana designar-se há a soma do rendimento dos prédios rústicos e a do rendimento dos prédios urbanos pertencentes ao mesmo contribuinte e o total dos dois rendimentos. Recíprocamente se procederá nos verbetes da contribuição predial rústica.

§ 2.º Nos casos previstos nos artigos 28.º a 30.º e seus parágrafos, extrair-se hão verbetes especiais que serão alfabetados em separado para o efeito do secretário de finanças verificar os excessos de rendimentos que devam ser tributados em nome dos senhores directos e equiparados.

SECÇÃO II

Da entrega das matrizes à junta

Art. 51.º — Concluída a organização das matrizes prediais de todo o concelho ou bairro, nos termos da secção I dêste capítulo, artigos 32.º e seguintes, o secretário de finanças fará entrega delas à competente junta de matrizes. Desta entrega lavrará a junta uma acta para ficar constando o dia em que as recebeu.

Art. 52.º — A junta procederá logo ao exame das matrizes. Êste exame deverá ser feito dentro do prazo de trinta dias, contados do imediato àquele em que as tiver recebido.

Art. 53.º — No exame de que trata o artigo antecedente, terá a junta por fim conhecer:

1.º Se as matrizes prediais estão organizadas, quanto à forma, segundo os preceitos dêste Código;

2.º Se estão exactas as somas do rendimento colectável total de cada prédio e do total da matriz;

3.º Se algumas fôlhas das matrizes conteem emendas ou rasuras de ordem tal que, por não poderem ser ressalvadas no encerramento, mais convenha substituir essas fôlhas;

4.º Finalmente, se as matrizes accusam qualquer falta ou irregularidade, que deva ser rectificada de conformidade com as disposições legais em vigor.

Art. 54.º — Os erros, que a junta encontrar nas matrizes em resultado do exame, serão rectificados em sessão pelo secretário de finanças, que também subs-

titulará as fôlhas das matrizes a respeito das quais se der a hipótese do que trata o n.º 3.º do artigo antecedente.

Art. 55.º — O secretário de finanças prestará à junta todos os esclarecimentos de que ela carecer para os efeitos do exame das matrizes.

Art. 56.º — Depois de entregues as matrizes às juntas, os secretários de finanças não poderão fazer nelas alteração alguma que não seja ressalvada pelas ditas juntas com as formalidades estabelecidas neste Código.

SECÇÃO III

Das reclamações

Art. 57.º — As matrizes, depois de examinadas e rectificadas pelas juntas, serão por estas patenteadas aos contribuintes, por espaço de trinta dias, a fim de dentre dêle reclamarem perante as mesmas juntas o que tiverem por conveniente a bem de seus interesses e da justiça relativa da distribuição do imposto.

Art. 58.º — Com a necessária antecipação, e por editais, as juntas convocarão os contribuintes para o exame das matrizes na repartição de finanças, e para a apresentação das reclamações que a lei lhes faculta dentro do prazo estabelecido no artigo antecedente.

§ 1.º Para comodidade dos contribuintes poderão fixar-se, dentro daquele prazo, dias determinados para os contribuintes de cada freguesia, ou de cada grupo de freguesias, examinarem as respectivas matrizes, sem que esta divisão de serviço, que tem de ser indicada nos editais, deva privar, todavia, os contribuintes de examinar em qualquer dia, durante toda a época da reclamação, as matrizes que lhes interessarem.

§ 2.º Os editais serão afixados nos lugares do costume e publicados com a conveniente antecipação pela imprensa nas terras onde houver fôlhas periódicas.

Art. 59.º — As reclamações serão feitas em papel selado e apresentadas à junta de matrizes, salvo o disposto no artigo 299.º

Art. 60.º — As reclamações a que se refere o artigo 57.º teem por objecto os elementos que devem servir para o lançamento, e neste caso podem versar:

1.º Sobre qualquer êrro na designação das pessoas ou dos prédios nas matrizes;

2.º Sobre êrro de cálculo na correcção do rendimento colectável;

3.º Sobre a indevida inclusão ou exclusão de quaisquer pessoas ou prédios das matrizes;

4.º Sobre qualquer outro êrro, duplicação ou omissão na inscrição e descrição dos prédios.

§ único. Todas estas reclamações podem ser feitas pelos próprios colectados ou por outros contribuintes dentro do prazo estabelecido.

Art. 61.º — As reclamações dos contribuintes que forem apresentadas no prazo estabelecido serão decididas pela junta dentro de vinte dias contados do imediato àquele em que expirar o prazo marcado para as receber. As decisões da junta, insertas nas proprias reclamações, serão com estas patenteadas aos reclamantes.

§ 1.º Os despachos da junta serão sempre motivados.

§ 2.º As reclamações atendidas no todo ou em parte ficarão arquivadas na repartição de finanças.

§ 3.º As reclamações que não forem atendidas serão entregues aos reclamantes com os documentos que as instruírem, mediante recibo.

Art. 62.º — As reclamações de terceiro, nos termos dos artigos 57.º e 60.º, § único, não serão decididas sem ser préviamente avisado o interessado ou quem o represente, para alegar o que se lhe oferecer, podendo, para decisão destas reclamações, prorrogar-se por mais dez dias o prazo designado no artigo anterior.

§ único. Os avisos serão feitos no prazo de cinco dias a contar do termo das reclamações, de ordem do presidente da junta de matrizes do concelho ou bairro, pelos empregados da fiscalização dos impostos ou pelo regedores de paróquia, que passarão certidão do dia, hora e local em que os fizerem.

Art. 63.º — Para a decisão das reclamações a junta

poderá convocar, se assim o julgar necessário, os respectivos regedores do paróquia e empregados da fiscalização dos impostos, que considerar capazes de a esclarecer.

SECÇÃO IV

Dos recursos

Art. 64.º — Das decisões das juntas de matrizes terão os contribuintes e a Fazenda recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Art. 65.º — Os recursos das decisões das juntas para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos serão interpostos, pelos reclamantes, dentro de dez dias depois daquele em que findar o prazo estabelecido para a decisão das reclamações, e até vinte dias depois de findo o mesmo prazo, quando interpostos por parte da Fazenda Nacional.

§ 1.º As petições de recurso serão datadas e assinadas e irão sempre acompanhadas das reclamações indeferidas ou de certidão do teor das indeferidas em parte, podendo os recorrentes juntar-lhes quaisquer documentos.

§ 2.º As petições de recurso serão apresentadas ao secretário da junta, que passará recibo em que especifique os documentos que as acompanham. A junta, informando sobre o objecto do recurso, remetê-lo há seguidamente, com o seu parecer, ao inspector de finanças, que o enviará à Direcção Geral das Contribuições e Impostos devidamente informado.

§ 3.º O recurso por parte da Fazenda será interposto pelo secretário de finanças nos termos dos parágrafos antecedentes, devendo ser acompanhado do processo da reclamação recorrida.

Art. 66.º — Os recursos sobre decisão de reclamações de terceiro, podem ser interpostos, tanto pelos reclamantes como pelos reclamados.

Art. 67.º O Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos tomará conhecimento de todos os recursos para êle interpostos das decisões das juntas

e os resolverá sem demora, devolvendo os processos aos inspectores de finanças que os remeterão ao presidente da junta.

Art. 68.º — Das decisões do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos compete recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

§ 1.º Este recurso será interposto no prazo de dez dias a contar da intimação feita ao reclamante pelo secretário da junta ou empregado da fiscalização dos impostos.

§ 2.º O recurso por parte da Fazenda Nacional será interposto pelo inspector de finanças no mesmo prazo designado no parágrafo anterior.

§ 3.º Estes recursos só podem ser interpostos nos casos de preterição de formalidades e termos essenciais do processo ou ofensas de lei expressa, e também nos casos de apreciação de facto manifestamente errada.

§ 4.º A interposição do recurso é feita por meio de requerimento, independentemente de termo.

Art. 69.º — Os recursos para o Supremo Tribunal Administrativo deverão ser apresentados ao presidente da junta, que os remeterá officiosamente ao referido tribunal com o respectivo processo.

Art. 70.º O secretário de finanças cumprirá no prazo de trinta dias as decisões favoráveis que os contribuintes tiverem obtido; e, se o não fizer, a junta *ex officio*, ou por queixa do interessado, ordenará logo as necessárias rectificações.

SECÇÃO V

Das alterações nas matrizes

Art. 71.º — As alterações das matrizes prediais por motivos de decisões das reclamações e recursos de que tratam as secções III e IV dêste capítulo, artigos 57.º e seguintes e 64 e seguintes, serão feitas observando-se na parte applicável o disposto na secção V do capítulo VII, artigos 181.º e seguintes.

SECÇÃO VI

Do encerramento das matrizes

Art. 72.º — Concluído o serviço das alterações por virtude das reclamações e recursos, e feitas as necessárias rectificações nas matrizes e verbetes, serão aquelas encerradas pela junta para se proceder ao lançamento.

§ único. As reclamações e recursos, julgados depois de terminado o prazo de trinta dias consignado no artigo 73.º, serão considerados sómente no ano seguinte.

Art. 73.º — O encerramento das matrizes será feito dentro de trinta dias depois de terminado o último prazo para a interposição dos recursos para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, ou logo que termine este prazo se não houver recurso algum.

Art. 74.º — O encerramento será feito por meio de um termo no fim de cada matriz, assinado pelos vogais da junta, no qual se mencionará por extenso o número de prédios nela inscritos, a soma do rendimento colectável dos mesmos prédios, as fôlhas que ficam escritas e a circunstância de estarem numeradas e rubricadas pelo presidente da mesma junta.

Art. 75.º — Encerradas as matrizes prediais do concelho ou bairro, o secretário de finanças passará certidão em duplicado, conforme o modelo n.º 5, da soma do rendimento colectável dos prédios nelas inscritos, e a remeterá ao inspector de finanças.

SECÇÃO VII

Da conservação e renovação de matrizes

Art. 76.º — A conservação e boa ordem das matrizes é da responsabilidade do secretário de finanças, competindo-lhe propor a sua encadernação e tudo mais

que tiver por conveniente para evitar a deterioração das mesmas.

Art. 77.º — Sempre que por efeito de uso, ou circunstâncias fortuitas as matrizes se encontrem em estado de deterioração tal que no todo ou em parte não possam continuar a servir, será ordenada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos a sua renovação.

Art. 78.º — A renovação das matrizes consiste na cópia de tudo quanto elas contenham e que estiver vigorando ao tempo da renovação. Este serviço é da responsabilidade do secretário de finanças.

§ único. A matriz renovada será autenticada pela junta de matrizes, nos mesmos termos que vão estabelecidos para as matrizes organizadas conforme o presente Código, devendo, porém, no primeiro termo de encerramento que se lhe fizer, declarar-se a circunstância de ser a matriz a renovação da que estava servindo e com a qual está conforme na parte em vigor.

CAPÍTULO III

Dos livros auxiliares da matriz

SECÇÃO I

Do caderno das alterações e anulações

Art. 79.º — As alterações que ocorrerem nas matrizes prediais urbanas e rústicas, e que importarem aumento ou diminuição de rendimento colectável, serão todas lançadas, por extracto e com numeração seguida, num caderno, que se denominará «caderno de alterações e anulações», e será feito conforme os modelos n.ºs 6 e 7. Haverá um caderno para as matrizes urbanas e outro para as rústicas.

§ único. Serão igualmente lançadas em resumo neste caderno as decisões da junta de matrizes e dos tribunais ou estações superiores que mandem anular alguma verba de contribuição predial.

Art. 80.º — O caderno de alterações e anulações será anual, numerado e rubricado em todas as suas fôlhas pelo presidente da junta, e designará em cada extracto o respectivo número do artigo da matriz, fazendo-se nesta, correspondentemente, a anotação do número de ordem do extracto e ano a que respeita.

Art. 81.º — No fim do serviço de cada ano, serão os cadernos de alterações e anulações devidamente encerrados, de modo que das respectivas somas se verifique qual foi o seu aumento ou diminuição no rendimento colectável urbano e rústico no concelho, e a totalidade das anulações concedidas.

Art. 82.º — Em face do registo de que trata o § único do artigo 79.º se extrairão os títulos de anulação.

SECÇÃO II

Do caderno de aperfeiçoamentos

Art. 83.º — Em cada concelho haverá um caderno para a matriz urbana e outro para a rústica, conforme os modelos n.ºs 8 e 9, que se denominarão «cadernos de aperfeiçoamentos».

Art. 84.º — O caderno de aperfeiçoamentos servirá para nele se notarem, por extracto, todos os factos que ocorrerem com respeito a cada prédio, excepto simples mudança do nome do proprietário, e de que convenha ter conhecimento para a devida apreciação do seu valor ou rendimento, bem como as isenções temporárias da contribuição.

§ 1.º Os factos serão os que constarem dos elementos a que se referem os artigos 146.º e seguintes, além de outros de que o secretário de finanças tiver conhecimento depois de reorganizada a matriz.

§ 2.º Os extractos serão feitos por forma que contenham sempre a referência aos documentos donde são tirados, com designação de datas, livros, fôlhas e repartições em que tais documentos se fizeram, foram registados ou apresentados.

Art. 85.º — O caderno de aperfeiçoamentos terá uma numeração de ordem e designará o artigo da matriz em que estiver inscrito o prédio a respeito do qual se

fizer o extracto. O número de ordem será reproduzido na competente coluna da matriz e correspondente artigo.

§ único. Deixar-se há sempre o espaço em branco que parecer necessário para as anotações que, de futuro, tenham de acrescentar-se aos extractos já feitos. Quando, porém, este espaço esteja preenchido, as anotações continuarão no fim do caderno, sob o mesmo número de ordem, fazendo-se as competentes referências.

Art. 86.º — O caderno de aperfeiçoamento terá a duração da matriz a que respeitar.

CAPÍTULO IV

Das juntas de matrizes

Art. 87.º — Em cada um dos concelhos do continente e ilhas adjacentes e bairros de Lisboa e Pôrto, haverá uma junta de matrizes que servirá para o serviço da contribuição predial.

§ 1.º Esta junta será constituída :

Pelo conservador do redisto predial, como presidente ;

Pelo secretário de finanças, como secretário ;

Por cinco vogais efectivos e cinco vogais suplentes, nomeados pelo inspector de finanças, sôbre proposta do respectivo secretário, sendo dois efectivos e dois suplentes escolhidos entre os quarenta maiores contribuintes prediais do concelho, e os restantes entre os quarenta menores contribuintes prediais do concelho, todos aí residentes, que saibam ler e escrever e estejam no gozo dos seus direitos políticos.

§ 2.º Os conservadores em Lisboa e Pôrto poderão fazer-se substituir no serviço das juntas pelos seus ajudantes.

§ 3.º Nos concelhos onde não houver conservatórias o presidente será nomeado pelo inspector de finanças.

§ 4.º As câmaras municipais serão sempre ouvidas

pelo secretário de finanças do respectivo concelho, até o dia 5 de dezembro de cada ano, sobre a nomeação dos vogais para as juntas de matrizes, que hão de servir no ano imediato, devendo o inspector de finanças tomar em consideração quaisquer observações que pelas câmaras forem feitas.

§ 5.º Os alvarás de nomeação das juntas de matrizes serão passados até o dia 15 de dezembro pelos inspectores de finanças.

§ 6.º Os inspectores de finanças enviarão acto contínuo os alvarás aos secretários de finanças, que os entregarão aos interessados até o dia 20 de dezembro, cobrando recibo da entrega.

§ 7.º Os membros natos da junta são dispensados da posse e do compromisso de honra, e os restantes vogais tomam posse e prestam o compromisso de honra na primeira sessão de cada ano, perante o presidente da junta.

§ 8.º Nos concelhos onde não houver conservatória o presidente da junta prestará o compromisso de honra perante o presidente da junta cessante, e, na sua falta, perante o administrador do concelho, servindo de escrivão o da administração, que averbará a posse no competente alvará de nomeação, observando-se quanto aos restantes vogais o que fica preceituado no parágrafo antecedente.

§ 9.º O presidente da junta de matrizes será substituído nos seus impedimentos legais pelo vogal mais velho da mesma junta.

§ 10.º A junta de matrizes será convocada por um aviso circular, que todos os vogais assinarão e que ficará arquivado na repartição de finanças, e só poderá funcionar estando reúnidos, pelo menos, quatro dos seus vogais, sendo válidas as suas deliberações quando aprovadas pela maioria dos vogais presentes a cada sessão.

§ 11.º No caso de empate o presidente terá voto de qualidade.

Art. 88.º — O secretário de finanças, como secretário da junta de matrizes, é obrigado a assistir pessoalmente às sessões da junta, convocá-la de mótu-próprio ou por ordem do presidente, fazer todo o expediente,

tomar parte nas suas deliberações nos termos regulamentares, prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados e dar conta motivada ao inspector de finanças de qualquer acto da junta em que houver injustiça ou infracção da lei, sem prejuizo dos recursos que é obrigado a interpor.

Art. 89.º — O serviço dos vogais das juntas de matrizes e do presidente nomeado é anual e obrigatório.

Art. 90.º — As juntas de matrizes só se considerarão dissolvidas no dia 31 de dezembro do ano para que tiverem sido nomeadas, passando para as novas juntas, no estado em que se acharem, todos os trabalhos das juntas dissolvidas.

Art. 91.º — O pai e o filho, os irmãos, os afins no mesmo grau ou o tio e o sobrinho não poderão servir simultaneamente na junta de matrizes do mesmo concelho ou bairro.

Art. 92.º — Serão dispensados quando o requeiram, do cargo de vogal da junta de matrizes, os indivíduos que tiverem mais de sessenta anos ou tiverem servido em qualquer dos dois anos anteriores.

Art. 93.º — A petição para a escusa só pode ser apresentada no prazo de cinco dias depois daquele em que a nomeação tiver sido entregue ao interessado.

§ 1.º A petição de que trata este artigo será dirigida ao inspector de finanças, por intermédio do secretário de finanças respectivo.

§ 2.º O inspector de finanças resolverá a petição de escusa dentro de cinco dias depois da sua apresentação, e, quando deferida, fará logo a nomeação para o lugar vago.

Art. 94.º — Se por qualquer circunstância imprevista não estiverem feitas até o dia 2 de janeiro as nomeações dos vogais da junta de matrizes que devam funcionar nesse ano, a junta funcionará até aquelas nomeações com os vogais suplentes do ano anterior, tomando a presidência, nos concelhos em que não houver conservador, o vogal que o inspector de finanças deve indicar a tempo.

Art 95.º — O presidente da junta de matrizes do

concelho ou bairro instalará a junta no dia 2 de janeiro e tomará nos vogais nomeados, efectivos e suplentes, a declaração de, pela sua honra, bem cumprirem as obrigações do seu cargo.

Art. 96.º — A instalação da junta será anunciada por editais afixados nos lugares do costume.

Art. 97.º — A junta terá as sessões que forem necessárias para se desempenhar, nos prazos fixados, do serviço que por este Código lhe é cometido.

§ único. As sessões da junta terão lugar na casa onde estiver estabelecida a repartição de finanças do concelho ou bairro.

Art. 98.º — A junta será auxiliada nos seus trabalhos pelos regedores de paróquia e pelos empregados de fiscalização dos impostos, podendo convidar para assistirem às suas sessões os vereadores da câmara municipal e os proprietários que julgar mais hábeis para a esclarecer.

Art. 99.º — Nenhum vogal da junta poderá votar em assuntos que lhe respeitem ou a seus parentes e afins até o quarto grau.

Art. 100.º — A junta de matrizes que, por qualquer modo, demorar ou estorvar o regular andamento do serviço será, pelo inspector de finanças, chamada ao restrito desempenho dos seus deveres; e quando persista na sua attitude, prejudicando o Estado e os contribuintes, poderá ser dissolvida por decreto, devolvendo-se as suas atribuições para uma comissão nomeada pelo Governo sobre proposta do mesmo inspector de finanças.

Art. 101.º — As juntas de matrizes serão fiscalizadas pelos respectivos inspectores de finanças.

Art. 102.º — As juntas de matrizes compete:

- 1.º Examinar as matrizes prediais;
- 2.º Patentear as matrizes aos contribuintes, a fim de reclamarem o que tiverem por conveniente a bem do seu direito;
- 3.º Tomar conhecimento das reclamações que lhe forem dirigidas pelos contribuintes acêrca da formação das matrizes e resolver as mesmas reclamações;
- 4.º Fazer os encerramentos anuais das matrizes, re-

vestidos de toda a autenticidade necessária para que o apuramento anual do rendimento colectável inscrito seja isento de qualquer erro ou confusão;

5.º Fiscalizar o lançamento da contribuição predial;

6.º Patentear os mapas de lançamento aos contribuintes, resolver as reclamações acêrca dos mesmos mapas e proceder aos respectivos encerramentos;

7.º Resolver as reclamações sôbre anulações e sôbre o mais que fôr da sua competência nos termos da lei e regulamentos;

8.º Zelar, promover e garantir a conformidade legal das matrizes prediais nos termos dêste Código e desempenhar todo o mais serviço que nele fôr designado;

9.º Prestar na contribuição sumptuária todo serviço que pelo respectivo regulamento lhe é incumbido.

CAPÍTULO V

Do lançamento

SECÇÃO I

Formação dos mapas

Art. 103.º — Conhecido, por meio dos verbetes mencionados nos artigos 50.º e 72.º, o rendimento collectável de cada contribuinte, proceder-se há à separação dos verbetes respeitantes aos que tenham de ser inscritos na «lista dos proprietários isentos da contribuição predial».

Art. 104.º — Os mapas de lançamento serão feitos em separado para as contribuições urbana e rústica por concelhos e bairros, conforme os modelos n.ºs 10, e 11.

Art. 105.º — Para facilitar a organização dos mapas nos concelhos em que o número dos contribuintes a inscrever em cada um seja superior a 2:000, é facultado ao secretário de finanças, sem prejuízo da

ordem geral alfabética nem da numeração dos artigos, que será sempre seguida, dividir os verbetes de cada mapa em dois ou mais grupos, de forma que ao mesmo tempo possa mais de um empregado escriturá-los.

§ 1.º Cada uma das fracções do mapa será somada em separado, e as somas parciais serão transportadas para o fim do mapa com a indicação do número de artigos de que se compõem e fôlhas onde se encontram, fazendo-se nesse lugar a soma total do mapa.

§ 2.º As fôlhas interiores do mapa que, por virtude da subdivisão em fracções, não ficarem escritas serão trancadas, escrevendo-se nelas a nota «em branco».

Art. 106.º — Para os proprietários a respeito dos quais conste na repartição de finanças respectiva que não teem rendimento global no país superior a 10\$, salvo a espécie da parte final do § 1.º do artigo 5.º, será organizado em cada ano um mapa especial denominado «lista dos proprietários isentos da contribuição predial» conforme o modelo n.º 12.

Art. 107.º — Os contribuintes serão inscritos nos mapas de lançamento pela ordem alfabética dos seus nomes.

Art. 108.º — Os mapas de lançamento compor-se hão de tantos artigos quantos forem os proprietários, usufrutuários, senhorios directos, ênfiteutas e equiparados, e arrendatários dos prédios quando devam ser tributados, salvo o disposto no artigo 106.º

Art. 109.º — Entre cada artigo do mapa e o seguinte ficarão duas linhas em branco.

Art. 110.º — Os contribuintes serão inscritos no mapa com o mesmo nome com que o tiverem sido nas respectivas matrizes.

§ 1.º O prédio que figurar na matriz como pertencente simultaneamente a um indivíduo designado em especial e a outros indicados genericamente, tais como «A. e filho», «B. e irmão», «C. e outros», será considerado para o efeito do lançamento como pertencendo exclusivamente àquele indivíduo, até que os interessados requeiram a divisão do imposto nos termos do § único do artigo 29.º

§ 2.º Do mesmo modo se entenderá quando o prédio figurar na matriz como pertencendo aos herdeiros de um indivíduo; mas neste caso o lançamento far-se há ao cabeça de casal, designando-se pelo nome do falecido, seguido de «(cabeça de casal da herança de)».

Art. 111.º — Nos artigos relativos aos senhorios directos e equiparados escrever-se hão na coluna n.º 2, à frente do respectivo nome, as seguintes palavras: «pelo fôro» ou «pela renda», conforme o caso.

§ único. Nos casos do § 2.º do artigo 28.º, do artigo 29.º e dos parágrafos do artigo 30.º, o excesso de contribuição devido pelo senhorio ou equiparado será lançado por adição no fim do mapa, mas com chamada especial no nome do contribuinte, no seu lugar próprio.

Art. 112.º — O número de hectares dos terrenos incultos será inscrito em coluna especial do mapa de lançamento, bem como as respectivas colectas.

Art. 113.º — No fim de cada um dos mapas de lançamento, fazendo-se referência à lista dos proprietários isentos de contribuição predial, se lançará em uma só verba, na coluna n.º 6, a soma do rendimento colectável respectivo, constante desta lista, a fim de cada lançamento apresentar a totalidade do rendimento colectável nos termos prescritos no artigo 114.º

Art. 114.º — Feita a inscrição de todos os artigos nos mapas e verificado que seja, pela conferência dos verbetes com os mesmos mapas, que nenhum deixou de ser nele devidamente compreendido, somar-se há no fim de cada folha o rendimento colectável total, que será transportado para a imediata, procedendo-se de igual forma no que respeita à matéria colectável em hectares relativa aos terrenos incultos.

§ 1.º A importância de todo o rendimento colectável inscrito nos mapas deve conferir exactamente com a soma do mesmo rendimento extraído das matrizes.

§ 2.º Será igualmente somado e transportado o rendimento arredondado em escudos inscrito na coluna n.º 7.

§ 3.º Quando, depois de fechado um artigo do mapa, se reconhecer que nele se deixou de inscrever o rendimento dum ou mais prédios, a soma do rendi-

mento colectável dos prédios nele inscritos será feita na coluna do rendimento colectável por artigos, e transportada para a continuação do artigo, que poderá ter lugar no fim do mapa ou antes, se antes se tiver conhecido o lapso. No artigo inicial se fará referência à fôlha para a qual se fez o transporte e em que o artigo é concluído sob o mesmo número. Só se lançará mão dêste expediente quando a fôlha do mapa não puder ser substituída por outra, em que se compreendam, no respectivo artigo, os prédios omitidos.

Art. 115.º — Os mapas de lançamento devem estar escriturados até a coluna n.º 7 no dia 10 de agosto de cada ano.

Art. 116.º — O serviço de englobamento será feito pela forma seguinte:

a) Os secretários de finanças remeterão até o dia 15 de agosto aos inspectores os verbetes indicando o rendimento urbano e rústico (modêlo n.º 13) relativos aos contribuintes residentes fora do concelho, agrupados por distritos do domicílio dos contribuintes e constituindo mais um grupo os dos domiciliados no estrangeiro e colónias. A cinta de cada grupo indicará o número de verbetes nela contidos.

b) O inspector, logo que tenha recebido os verbetes de todos os concelhos do seu distrito, remeterá aos inspectores dos outros distritos aqueles que lhes respeitarem e à Direcção Geral das Contribuições e Impostos os do estrangeiro e colónias.

c) Quando os inspectores tenham recebido os verbetes provenientes doutros distritos, juntá-los hão com os provenientes dos concelhos do seu distrito e enviá-los hão aos concelhos do domicílio depois de devidamente alfabetados.

d) Os secretários de finanças, ao receberem êsses verbetes, informarão imediatamente, sôbre um dos verbetes relativo a cada contribuinte, quais os rendimentos colectáveis, urbano e rústico, que êle possui no seu concelho, e nos verbetes dos contribuintes que não tiverem rendimento no seu concelho aporão a nota — «não tem mais». Os verbetes serão logo devolvidos ao inspector.

e) Recebidos na inspecção os verbetes por esta forma

informados, fá-los há o inspector alfabetar, e processará em seguida um verbete global (modêlo n.º 14), que conterà, além do nome e residência do contribuinte, o rendimento colectável rústico e urbano que tem em cada concelho, a soma de cada um dêstes rendimentos e o rendimento global. Dêste verbete-global extrairá verbetes-resumo (modêlo n.º 15), que enviará aos secretários de finanças dos concelhos do seu distrito onde o contribuinte tenha rendimento colectável, e aos inspectores dos distritos diferentes do seu onde igualmente tenha rendimento. Para os concelhos do seu distrito o verbete conterà apenas o rendimento global urbano e rústico. Para outros distritos o verbete conterà além disso o nome dos concelhos dêsses distritos onde o contribuinte tenha rendimento.

f) Dos verbetes-resumo que o inspector receber doutros distritos mandará cópia aos concelhos do seu distrito em que o contribuinte tiver rendimento.

g) Os verbetes de contribuintes que não derem origem a englobamento serão devolvidos à procedência.

Art. 117.º — O serviço geral do englobamento será reorganizado de três em três anos, fazendo-se anualmente apenas a parte correspondente aos proprietários cujo rendimento global conste nas repartições de finanças ser superior a 10\$.

Art. 118.º — Recebidos pelo secretário de finanças os verbetes de que trata o artigo 116.º, inscreverá na coluna do rendimento global do mapa o rendimento designado em cada verbete.

§ único. Por êste rendimento, quando o houver, se determinará a coluna do mapa a que deve ser levado o rendimento constante da coluna 7.ª; quando o não houver, a coluna será determinada pelo rendimento total no concelho.

Art. 119.º — Depois de observado o disposto no artigo antecedente o secretário fará o lançamento individual da contribuição nos termos do que fica disposto na secção II do capítulo I, artigos 25.º e seguintes.

Art. 120.º — Quando um contribuinte tenha um rendimento colectável global excedente a 50:000\$, será tributado em todos os concelhos da situação dos seus prédios pela taxa $T + 7$.

§ 1.º O excesso de rendimento sobre aquele limite será computado e destrinchado na inspecção do distrito do seu domicílio, para o efeito de calcular a parte que nesse excesso proporcionalmente corresponde a prédios urbanos e a prédios rústicos.

§ 2.º Apuradas estas partes proporcionais do excesso, determinar-se há a colecta adicional que corresponde a cada uma delas nos termos da parte final do § 1.º do artigo 25.º, deduzindo dos vinte por cento ali referidos os tantos por cento já lançados nos termos do presente artigo, ou sejam actualmente 14 para a parte rústica e 17 para a parte urbana.

§ 3.º Cada colecta resultante destas operações será por sua vez dividida em partes proporcionais aos rendimentos colectáveis da mesma natureza que o contribuinte tiver em cada concelho do continente e ilhas, sendo as importâncias comunicadas em impressos (modelo n.º 16) aos respectivos secretários de finanças, que, por adicionamento, as lançarão nos mapas devidos, fazendo a necessária referência ao artigo em que o contribuinte se achar inscrito e reciprocamente.

SECÇÃO II

Das reclamações e recursos acêrea dos mapas de lançamento e correspondentes alterações

Art. 121.º — Concluído o lançamento individual, os respectivos mapas serão, pela junta, logo patenteados aos contribuintes por espaço de dez dias sucessivos, para apresentarem as reclamações que tiverem por convenientes.

Art. 122.º — A junta convidará, por editais, os contribuintes para examinarem os mapas de lançamento e apresentarem, dentro do prazo estabelecido no artigo antecedente, as reclamações que a lei lhes faculta.

Art. 123.º — As reclamações de que trata o artigo 121.º só terão por objecto o lançamento, e neste caso poderão versar:

1.º Sobre erro de cálculo na fixação da colecta da contribuição predial;

2.º Sobre erro na transferência da inscrição das

peçoas, dos prédios ou do seu rendimento colectável, das matrizes para o mapa do lançamento;

3.º Sobre erro no cômputo do rendimento colectável global.

§ único. A reclamação fundada neste último número só será resolvida depois de ouvido o inspector de finanças.

Art. 124.º — As reclamações a que se refere o artigo 121.º serão apresentadas às juntas; das decisões destas haverá recurso sem efeito suspensivo para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e, das decisões dêste, para o Supremo Tribunal Administrativo, nos casos de preterição de formalidades e termos essenciaes do processo ou ofensa de lei expressa, e apreciação de factos manifestamente errada.

§ único. Os recursos seguirão o processo que fica estabelecido para a organização das matrizes e serão interpostos nos mesmos prazos.

Art. 125.º — A junta, tomando conhecimento das reclamações que lhe forem apresentadas no prazo estabelecido, decidi-las há dentro de dez dias, contados do imediato àquele em que expirar o prazo marcado para as receber. As reclamações fundadas no disposto no n.º 3.º do artigo 123.º, quando não puderem ser resolvidas no prazo estabelecido, não prejudicarão o encerramento do mapa e darão lugar, quando atendidas, à anulação respectiva.

Art. 126.º — Todas as alterações provenientes das diversas causas designadas no artigo 123.º e seus números serão feitas no próprio mapa de lançamento, por baixo ou por cima da inscrição ou verba errada, na qual se lançará um traço a tinta e se fará referência à decisão que a ordenou.

Art. 127.º — Rectificados os mapas de lançamento por virtude das reclamações e recursos, se os tiver havido, e depois de somados, a junta lançará em seguida um termo de encerramento, nos mesmos mapas, cujas fôlhas escritas serão numeradas e rubricadas pelo presidente da junta, que o pode fazer de chancela.

§ 1.º No termo de encerramento se mencionará por extenso o número de artigos de que se compuser o mapa, a importância total do rendimento colectável,

a importância total das colectas da contribuição predial, as fôlhas do mapa que se acharem escritas, a circunstância destas estarem numeradas e rubricadas pelo presidente da junta, e, finalmente, a indicação dos artigos do mapa em que houve alterações por efeito de reclamações e recursos.

§ 2.º O termo de encerramento da lista dos proprietários isentos de contribuição predial designará por extenso o número de fôlhas e de artigos de que se compuser, a importância do rendimento colectável e a circunstância de estarem numeradas e rubricadas pelo presidente da junta.

§ 3.º Os mapas de lançamento devem estar encerrados até o dia 30 de novembro.

§ 4.º Encerrados os mapas e depois de extraídos os conhecimentos, os secretários de finanças promoverão a sua encadernação, remetendo ao respectivo inspector o orçamento, que será submetido à aprovação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Art. 128.º — Dos mapas de lançamento serão extraídos resumos conforme o modelo n.º 17 e se tirarão os exemplares impressos que forem necessários para serem distribuídos pelos contribuintes do concelho.

§ 1.º Quando o número dos contribuintes fôr muito avultado, poderá o resumo restringir-se aos maiores contribuintes em quantitativo indicado pelo inspector de finanças, mas nunca inferior a 200.

§ 2.º A distribuição dos resumos impressos será feita por intervenção dos regedores e dêles serão afixados exemplares em todas as freguesias a fim de lhes ser dada a maior publicidade.

SECÇÃO III

Da extracção dos conhecimentos de cobrança e entrega dêles aos tesoureiros

Art. 129.º — Encerrados os mapas de lançamento da contribuição predial, urbana e rústica, dêles extrairá o secretário de finanças:

1.º Conhecimentos para cobrança conforme os modelos n.ºs 18 e 19;

2.º Uma certidão em quadruplicado, extraída de cada um dos mapas, conforme os modelos n.ºs 20 e 21, na qual se mencione o número e importância das colectas.

§ único. Estas certidões serão assinadas pelo presidente e secretário da junta de matrizes, e três delas remetidas logo ao respectivo inspector de finanças.

Art. 130.º — Os conhecimentos de cobrança compõem-se dum conhecimento principal, que compreende a totalidade da colecta e a importância da última prestação, e de conhecimentos parciais, cada um dos quais compreende a importância de cada uma das outras prestações em que a colecta é dividida.

Art. 131.º — Os impressos para conhecimentos, antes de serem entregues aos secretários de finanças, serão carimbados na respectiva inspecção com o selo branco, ficando os mesmos secretários obrigados a apresentar ao inspector, finda a extracção, aqueles impressos que não forem aproveitados, quer se achem inutilizados, quer não.

Art. 132.º — Os conhecimentos de cobrança serão entregues aos tesoureiros pelos secretários de finanças até o dia 10 de dezembro.

CAPÍTULO VI

Da cobrança

Art. 133.º — A contribuição predial será paga em prestações trimestrais, concedendo-se um mês de prazo para a cobrança voluntária de cada uma, a saber:

O mês de janeiro do ano immediato àquele a que a contribuição respeitar, quanto à primeira prestação;

O mês de abril quanto à segunda;

O mês de julho quanto à terceira;

O mês de outubro quanto à quarta e última.

§ único. A importância de cada prestação não poderá ser inferior a 50 centavos, devendo por isso o pagamento das colectas inferiores a 2\$ (compreendendo já os adicionais para o município) subdividir-se em menos prestações, para que esse limite se respeite.

Art. 134.º — Antes dos respectivos prazos, com uma antecipação nunca inferior a dez dias, os contribuintes serão avisados pelos tesoureiros:

- 1.º Da importância em que foram colectados;
- 2.º Da quantia que devem satisfazer durante o período da cobrança voluntária;
- 3.º Da data em que se procederá ao relaxe das respectivas colectas para prosseguimento executivo.

Art. 135.º — Os avisos aos contribuintes serão feitos conforme o modelo n.º 22 e distribuídos pelo correio.

Art. 136.º — A abertura dos cofres para o pagamento da contribuição predial será previamente anunciada pelos tesoureiros por meio de editais afixados nos lugares do costume em cada freguesia e nas portas das tesourarias e repartições de finanças. Em Lisboa e Pôrto os editais serão também publicados em três jornais de grande publicidade.

Art. 137.º — Vencidas e não pagas duas prestações da contribuição predial, e logo que termine o prazo para o pagamento voluntário da segunda prestação em dívida, proceder-se há ao relaxe de todas as prestações vencidas e por vencer, nos termos regulamentares.

§ único. Salvo caso extraordinário que justifique maior demora, no dia 30 de junho do ano seguinte ao da cobrança não deve existir em poder do tesoureiro documento algum por cobrar ou para anular.

Art. 138.º — Não é permitido o pagamento duma prestação deixando-se outras anteriores em dívida.

Art. 139.º — Quando o contribuinte satisfizer por uma só vez toda a contribuição, o tesoureiro entregar-lhe há apenas o conhecimento principal, inutilizando os conhecimentos parciais.

§ 1.º São nulos os conhecimentos parciais encontrados nas tesourarias aos quais não esteja junto o conhecimento principal.

§ 2.º Para os efeitos da responsabilidade do tesoureiro o conhecimento principal é sempre considerado pago na parte respeitante aos conhecimentos parciais que a ele não estejam juntos ou anexos.

Art. 140.º — Os contribuintes pagarão com os títulos

de anulação, que a junta de matrizes lhes dever passar, as suas colectas de contribuição predial, no todo ou em parte, conforme a importância dos mesmos títulos.

§ único. Se, quando os contribuintes receberem os títulos de anulação, já tiverem pago as suas colectas de contribuição predial, os mesmos títulos servirão para pagamento de ulteriores contribuições prediais, que lhes digam respeito.

Art. 141.º — Cada uma das prestações que não fôr paga no mês fixado para o seu pagamento voluntário fica desde logo sujeita ao respectivo juro de mora, que será liquidado por meses, qualquer que seja a quantia, applicando-se as taxas actualmente em vigor.

Art. 142.º — Não é concedido desconto algum ao contribuinte que quizer antecipar o pagamento de todas ou de qualquer das prestações em que a sua colecta estiver dividida.

CAPÍTULO VII

Processo anual do serviço depois de reorganizadas as matrizes nos termos dèste Código

SECÇÃO I

Das reclamações dos contribuintes e proposta do secretário de finanças

Art. 143.º — Constituída que seja a junta de matrizes para o serviço da contribuição predial, o presidente anunciará logo a sua constituição por editais publicados em todas as freguesias do concelho ou bairro convidando os contribuintes a reclamarem, dentro de trinta dias contados do imediato ao da publicação dos editais, o que tiverem por conveniente acêrca das alterações ocorridas nos seus prédios depois do encerramento para o lançamento do ano anterior.

§ 1.º As reclamações serão feitas em papel selado e podem ter por objecto, além dos factos mencionados no artigo 60.º:

a) Exagêro de rendimento colectável.

b) Alteração no nome do possuidor do prédio em virtude de transmissão.

§ 2.º No mesmo prazo poderão os contribuintes prestar declarações acêrca dos prédios reedificados, melhorados ou construídos de novo, descrevendo-os com indicação do artigo da matriz se já estiverem inscritos e data em que ficaram concluídos. Tendo sido cultivados no todo ou em parte os terrenos de que trata o artigo 27.º, os proprietários requererão inspecção directa a fim de ser determinado o rendimento da parte cultivada.

§ 3.º O disposto no parágrafo anterior não obsta a que os proprietários cumpram em qualquer outra época do ano a obrigação de fazer inscrever na matriz os seus prédios novos ou melhorados, no prazo máximo de seis meses a contar da habitabilidade dos urbanos, ou da primeira cultura dos rústicos, sob pena de serem considerados remissos nos termos dos artigos 212.º e seguintes.

§ 4.º Terminado que seja o prazo para a entrega das reclamações dos contribuintes, os secretários de finanças apresentá-las hão às juntas no prazo de vinte dias, devidamente informadas.

Art. 144.º — Quando a reclamação dum contribuinte também puder importar diminuição do rendimento colectável, deverá êle requerer em separado a avaliação dos respectivos prédios, tendo-se porêem em vista o disposto nos artigos 45.º e 167.º

§ único. O contribuinte pode oferecer todas as provas que tiver do seu rendimento colectável, incluindo as que resultarem da sua obediência ao decreto com fôrça de lei de 12 de novembro de 1910 e a dos seus livros de contabilidade agrícola, e indicar para comparação outros prédios do concelho, cujo rendimento esteja em manifesta desproporção com o rendimento attribuído aos seus prédios.

mento colectável depois do encerramento das matrizes podem resultar:

- 1.º Da construção de prédios urbanos;
- 2.º De novas divisões dos prédios urbanos;
- 3.º Da reedificação ou quaisquer bemfeitorias que aumentem o valor e rendimento dos prédios urbanos;
- 4.º Da inspecção directa aos prédios urbanos e rústicos;
- 5.º De quaisquer elementos que demonstrem aumento de rendimento dos prédios urbanos e rústicos;
- 6.º Da aquisição de prédios compreendidos em algumas das isenções estabelecidas, por passarem a ficar sujeitos à contribuição predial;
- 7.º Da inscrição de prédios omissos.

Art. 146.º — Os secretários das câmaras municipais enviarão no princípio de cada trimestre, aos secretários de finanças, uma relação de todas as licenças que tiverem sido concedidas no trimestre anterior para construção ou reedificação de prédios no concelho.

Art. 147.º — Os secretários de finanças, para averiguação do verdadeiro valor e rendimento dos prédios urbanos e rústicos, procurarão obter a maior soma de esclarecimentos.

Art. 148.º — Para os efeitos do artigo antecedente, os secretários de finanças recorrerão:

1.º Às cópias autênticas das declarações feitas pelos proprietários por ocasião de expropriações de terrenos seus para estradas, caminhos de ferro, e quaisquer outras obras de utilidade pública, as quais cópias lhes devem ser remetidas pelos delegados do Procurador da República;

2.º Às declarações feitas pelos proprietários acerca do valor venal dos seus prédios quando sobre eles pretenderam ou pretendam levantar empréstimos hipotecários em quaisquer bancos, sociedades ou companhias em que o Estado tenha intervenção e bem assim às avaliações aí feitas dos mesmos prédios;

3.º Aos registos das conservatórias, que lhes serão facultados pelos respectivos conservadores nas mesmas conservatórias;

4.º Aos livros de receita eventual;

5.º Aos inventários judiciais;

6.º As escrituras de contrato sobre a propriedade rústica e urbana, que constarem dos livros de notas dos notários, os quais livros lhes serão franqueados nos competentes cartórios;

7.º As participações que os notários ficam obrigados a fazer-lhes de todas as escrituras de contratos de compra e venda de cortiças;

8.º Aos processos das expropriações;

9.º Aos termos da declaração para pagamento da contribuição de registo por título oneroso e processos de liquidação da contribuição de registo por título gratuito;

10.º A todos e quaisquer outros elementos que possam produzir a maior soma de esclarecimentos a respeito de cada prédio, principalmente ao caderno de aperfeiçoamentos de cada espécie de matriz;

11.º As participações feitas nos termos do artigo seguinte.

Art. 149.º As câmaras municipais, juntas de paróquia, autoridades administrativas, funcionários fiscais de qualquer categoria e bem assim qualquer contribuinte, poderão prestar voluntariamente ao secretário de finanças, em participação escrita em papel comum, informações acêrca do verdadeiro valor e rendimento dos prédios urbanos e rústicos pertencentes a outrem.

§ 1.º Se, em virtude das participações prestadas nos termos dêste artigo, vier a ser aumentado o rendimento colectável dos prédios a que as mesmas digam respeito, o Estado, durante os primeiros cinco anos em que vigorar êsse aumento, cederá de 20 a 50 por cento da importância da contribuição relativa ao mesmo a favor da beneficência ou da instrução no respectivo concelho.

§ 2.º Para a execução do disposto no parágrafo antecedente a Direcção Geral das Contribuições e Impostos fornecerá anualmente nota das importâncias a inscrever no Orçamento Geral do Estado a começar no de 1914-1915.

Art. 150.º — Até o dia 1 de março de cada ano, os empregados da fiscalização dos impostos, encarregados dêste serviço, apresentarão ao secretário de finanças uma relação dos prédios, que posteriormente ao último

encerramento da matriz, e nas datas que deverão indicar, tiverem sido construídos de novo ou melhorados, e bem assim daqueles que porventura estejam omissos nas matrizes e de que ainda não haja participação ou declaração, e acêrca daqueles de que se suspeite ser inferior ao verdadeiro o valor inscrito na matriz.

Art. 151.º — Em presença dos esclarecimentos de que tratam os artigos 146.º a 150.º e 212.º e seguintes e doutros que obtiverem por qualquer dos meios indicados neste Código, os secretários de finanças organizarão até o dia 15 de março a sua proposta para a inspecção e avaliação dos prédios melhorados, construídos, omissos ou sujeitos ao imposto por haver cessado o benefício da isenção, e ainda daqueles de que se suspeite ser inferior ao verdadeiro o rendimento inscrito na matriz. Na proposta deverá designar-se o mês em que ficou concluída a construção, reedificação ou melhoria dos prédios, ou aquele em que tiver cessado a isenção, a fim de ser liquidado o imposto por êsses meses, por adicionamento ao respectivo mapa.

§ 1.º Em seguida serão mandados avisar os respectivos proprietários para apresentarem, dentro de dez dias, as declarações do rendimento colectável que atribuem aos seus prédios, podendo oferecer todas as provas que tiverem dêsse rendimento, como está indicado no artigo 144.º

§ 2.º Se o contribuinte não residir no concelho ou bairro da situação do prédio e não tiver aí representante, o aviso será feito na pessoa do rendeiro, feitor ou administrador.

§ 3.º Se a junta de matrizes se recusar a atender no todo ou em parte a proposta do secretário de finanças, o mesmo secretário interporá sempre recurso, sem efeito suspensivo.

Art. 152.º — Das decisões da junta cabe recurso para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e da decisão dêste para o Supremo Tribunal Administrativo, applicando-se quanto a prazos e forma de interposição dos recursos o que fica disposto na secção IV do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

Art. 153.º — A nenhum prédio pode ser diminuído o rendimento colectável sem que o prédio tenha sido novamente avaliado, salvo nos casos de inscrição duplicada.

§ único. Não pode ser diminuído o rendimento colectável de nenhum prédio com fundamento em avaliação que não seja feita nos termos dêste Código.

Art. 154.º — O rendimento colectável fixado em presença dos contratos de arrendamento, das declarações dos contribuintes e dos processos de avaliação não poderá ser reduzido durante o prazo de três anos.

SECÇÃO II

Da tabela dos abatimentos para despesas de cultura

Art. 155.º — Para a fixação do rendimento colectável dos prédios rústicos, a junta de matrizes determinará em quantas classes, até três, deve ser dividido o terreno e estabelecerá em cada uma a percentagem dos abatimentos a fazer no rendimento bruto de cada cultura, por forma que a mesma percentagem não possa ser superior a 40 por cento na primeira classe, a 50 por cento na segunda, e a 60 por cento na terceira.

Art. 156.º — A fixação do rendimento colectável de que trata o artigo antecedente será feita pelos dados estatísticos, informações e esclarecimentos que o secretário de finanças puder obter; a junta fixará os abatimentos para despesas da cultura dos prédios rústicos do concelho ou bairro, e formará uma tabela, conforme o modelo n.º 23, que será assinada por todos os seus vogais. Esta tabela estará presente quando os contribuintes forem convocados para examinar as matrizes e reclamar a respeito delas o que tiverem por conveniente.

§ 1.º O secretário de finanças remeterá logo ao inspector de finanças uma cópia da tabela feita pela junta de matrizes.

§ 2.º O inspector de finanças, logo que tiver recebido dos secretários de finanças as cópias de todas as

tabelas do seu distrito, remetê-las há, com o seu informe, à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, a fim de serem aprovadas depois de feitas as rectificações que forem julgadas convenientes.

SECÇÃO III

Da inspecção directa

Art. 157.º — O Govêrno mandará proceder activamente e por todo o país às avaliações dos prédios urbanos e rústicos que julgue necessárias, preferindo os dos maiores contribuintes, e bem assim à verificação e medição dos terrenos que se achem nas condições referidas no artigo 27.º

Art. 158.º — As avaliações promovidas pelo secretário de finanças nos termos do artigo 151.º serão efectuadas por uma comissão de três indivíduos de reconhecida idoneidade, devendo um ser nomeado pelo secretário de finanças, outro pela câmara municipal e o terceiro, de desempate, pelo inspector de finanças, a qual terá a denominação de «comissão permanente de avaliação».

§ 1.º Esta comissão serve por um ano — de janeiro a dezembro — findo o qual será substituída, podendo contudo ser reconduzida se houver prestado bom serviço. Sempre que as necessidades do serviço o exijam, poderá nomear-se mais duma comissão para cada concelho.

§ 2.º Não podem ser simultâneamente membros da mesma comissão, pai e filho, irmãos, afins no mesmo grau, ou tio e sobrinho.

§ 3.º Nenhum membro da comissão poderá intervir na avaliação de prédios próprios ou de seus parentes e afins, ou de bens que administre.

§ 4.º As avaliações realizadas contra o disposto nos §§ 2.º e 3.º serão anuladas a requerimento do secretário de finanças ou dos interessados.

Art. 159.º — A nomeação dos membros das comissões de que trata o artigo anterior será feita por officio dirigido ao presidente da junta de matrizes até

o dia 20 de dezembro de cada ano. O secretário de finanças avisará os nomeados para no dia 2 de janeiro prestarem, perante êle, compromisso de honra, e lavrará o respectivo termo, que será assinado por todos.

§ único. Os membros das comissões serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos membros doutra comissão, quando a houver no mesmo conselho, e, não a havendo, a substituição será feita pelo secretário de finanças, ou requisitada à câmara municipal ou ao inspector de finanças, conforme a entidade que haja de nomear o substituto.

Art. 160.º — Ao secretário de finanças compete dirigir e fiscalizar a ordem dos trabalhos das comissões.

Art. 161.º — As comissões avaliadoras farão a descrição dos prédios que avaliarem, indicando:

- 1.º Situação ou localidade do prédio;
- 2.º Número do respectivo artigo da matriz quando nela já esteja descrito;
- 3.º Nomes e moradas dos proprietários ou usufrutuários;
- 4.º Designação do prédio com o seu nome próprio, se o tiver, todas as suas divisões, aplicações das mesmas e todas as confrontações;
- 5.º Medição do prédio segundo o sistema métrico;
- 6.º Porção de sementeira que o prédio comporta;
- 7.º Rendimento bruto médio do prédio em géneros e em dinheiro;
- 8.º Cota parte da produção bruta média anual dos prédios que são cultivados todos os anos;
- 9.º Classe de terreno em cada espécie de cultura;
- 10.º Percentagem para as despesas de cultura;
- 11.º Renda ou valor locativo do prédio urbano, ou de cada uma das suas divisões;
- 12.º Percentagem para as despesas de conservação;
- 13.º Número de hectares de terrenos incultos;
- 14.º Rendimento líquido dos prédios, parcial e total;
- 15.º Nomes e moradas dos arrendatários a longo prazo ou de estabelecimentos industriais e comerciais quando devam ser tributados e rendas por êles pagas;
- 16.º Foros e quaisquer encargos que onerem o prédio e nomes e moradas de quem dêles tem o domínio;
- 17.º Observações.

Art. 162.º — A descrição e avaliação dos prédios será feita em cadernetas de 50 fôlhas cada uma, conforme o modelo n.º 24 para os prédios urbanos e o modelo n.º 25 para os prédios rústicos, sendo as fôlhas numeradas e rubricadas pelo secretário de finanças respectivo.

§ único. Na fôlha do rosto das cadernetas se designará o distrito, o concelho, a freguesia, o número de ordem das freguesias do respectivo concelho, segundo a ordem alfabética, o número de ordem das cadernetas de cada freguesia e a indicação do destino delas a avaliações de prédios rústicos ou urbanos.

Art. 163.º — Nas cadernetas se irão inscrevendo os prédios pela ordem por que forem avaliados, deixando-se duma inscrição à seguinte duas linhas em branco.

§ 1.º No fim de cada dia de serviço será lançada a data, fazendo-se menção do número de prédios avaliados nesse dia, autenticada pela assinatura dos membros da comissão.

§ 2.º Quando a avaliação dum prédio não fique concluída ao fim do dia, a sua inscrição na caderneta só será feita no dia em que a avaliação terminar.

Art. 164.º — Os secretários de finanças são os únicos competentes para dar aos contribuintes ou seus representantes os esclarecimentos que êles pedirem sobre descrições e avaliações dos seus prédios, facultando-lhes o exame das cadernetas e das matrizes sem necessidade de requerimento prévio.

Art. 165.º — No final de cada caderneta haverá um índice onde se mencionarão os números dos artigos da matriz dos prédios descritos na caderneta, indicando-se abreviadamente por nomes e situações os que ainda não tiverem número na mesma matriz.

Art. 166.º — As avaliações a requerimento dos proprietários ou usufrutuários, nos casos em que êste Código as permite, serão feitas pelas comissões de que trata o artigo 158.º, substituindo-se, porém, o membro de nomeação da câmara municipal pelo louvado que o requerente indicar.

Art. 167.º — No requerimento deverá o contribuinte descrever o prédio ou prédios com todas as suas con-

frontações, designar o artigo da matriz em que cada um d'elles se achá inscrito, indicar louvado e declarar o rendimento colectável que attribui aos seus prédios, sem o que não terá seguimento a petição.

Art. 168.º — O louvado indicado pelo contribuinte prestará perante o secretário de finanças o compromisso de honra, lavrando êste o respectivo termo, que será assinado por ambos.

Art. 169.º — O contribuinte fará comparecer o seu louvado perante o secretário de finanças, dentro de cinco dias, a contar do último em que terminar o prazo para as reclamações, a fim de prestar o compromisso de honra, que será reduzido a termo e junto ao respectivo requerimento.

Art. 170.º — Se o louvado indicado pelo contribuinte não comparecer no prazo designado, ou faltar à avaliação, será substituído pelo louvado nomeado pela câmara municipal, que faça parte da comissão a que os outros dois louvados pertençam.

Art. 171.º — As avaliações requeridas pelos contribuintes ou pelo secretário de finanças terão lugar no prazo que por êste fôr designado, podendo, porém, os louvados pedir prorrogação, até o máximo doutro tanto tempo, alegando justo motivo.

Art. 172.º — Quando se proceder à avaliação, nos termos do artigo 166.º, será entregue ao louvado nomeado pelo secretário de finanças a caderneta respectiva, para ficar constando da mesma a descrição do prédio e o resultado da avaliação.

§ único. O requerimento em que foi pedida a avaliação será entregue com a caderneta e com ela restituído. No final da avaliação escrever-se há: «avaliação feita a requerimento do contribuinte».

Art. 173.º — Na determinação, classificação, descrição e avaliação dos prédios devem as comissões ter em vista as seguintes regras:

1) Os jardins, quintais, parques, alamedas e outros semelhantes, anexos a prédios urbanos ou mesmo separados, que constituam mero recreio ou logradouro dos ditos prédios, serão incluídos na descrição dêstes, sem designação de rendimento; mas na avaliação ou fixação da renda anual da parte urbana, que assim é

valorizada, não deixará de atender-se ao benefício e comodidade resultantes dêsse logradouro.

2) Semelhantemente, as oficinas de lavoura, considerando-se como tais as casas de malta, palheiros, adegas, abegoarias e celeiros, anexas a prédios rústicos, e que servirem exclusivamente para recolher os jornaleiros ou empregados, ou para guardar os géneros, os gados e os instrumentos agrícolas, não são consideradas prédios urbanos, mas sim acessórios, que devem declarar-se, dos prédios rústicos em que se encontram e cujo rendimento e valor aumentam. Só serão avaliadas separadamente e como constituindo a parte urbana dum prédio mixto, quando e enquanto estiverem arrendadas ou cedidas gratuitamente em separado.

3) O rendimento colectável dos prédios urbanos e da parte urbana dos prédios mixtos é a importância da sua justa renda anual, e, na falta desta, por estarem devolutos, habitados pelos próprios donos, cedidos gratuitamente ou com renda de favor, é o valor presumível da locação, determinado por comparação com o prédio arrendado da localidade que melhor possa servir de tipo, depois de deduzidas em ambos os casos percentagens compensadoras das despesas de conservação.

4) O valor locativo dos prédios urbanos não pode ser inferior ao preço por que os prédios estejam arrendados pelo senhorio aos inquilinos ou pelo arrendatário aos sublocatários, tomando-se sempre por base a importância mais elevada; pode, contudo, ser superior à renda anual, quando esta seja reconhecida de favor ou por qualquer outro motivo mais baixa do que a doutros prédios iguais ou semelhantes.

5) Para a fixação das percentagens a deduzir, consideram-se a ordem das terras, as condições de construção e o estado dos prédios urbanos, não podendo essas percentagens, em caso algum, ser superiores a 10 por cento quanto aos prédios de renda anual excedente a 2\$ e a 20 por cento quanto aos de renda até 2\$, e ainda quanto aos moinhos, azenhas e lagares, na hipótese de serem feitos por conta dos senhorios os concertos e reparos de engenhos, levadas e presas. Estas percentagens devem ser mencionadas nas cader-

netas de avaliação, bem como os motivos que justificam a sua fixação, tendo-se em vista que quanto maior valor tiver o prédio menor deve ser a percentagem, que, todavia, só excepcionalmente deve descer a baixo de 5 por cento.

6) Com respeito aos prédios rústicos, as comissões avaliadoras terão muito em vista como elementos de estudo:

a) A definição e descrição dêles, tanto quanto possível exacta, em área e confrontações.

b) A natureza do solo.

c) As condições especiais de cultura na região, intensiva, extensiva e de afolhamentos.

d) As percentagens do rendimento bruto destinadas à cultura que, conforme a classe do terreno, 1.^a, 2.^a ou 3.^a, não podem em condições normais ser superiores, respectivamente, a 40, 50 e 60 por cento, tendo em vista a tabela dos abatimentos para despesas de cultura. Todas estas circunstâncias e outras dignas de nota devem ser indicadas nas cadernetas de avaliação.

7) O rendimento locativo dos prédios rústicos explorados pelos seus proprietários ou usufrutuários é o seu rendimento líquido. O rendimento locativo dos prédios arrendados obtêm-se adicionando à importância da justa renda a parte que com ela forma o rendimento líquido por constituir o lucro do cultivador.

8) O rendimento colectável dos prédios rústicos obtem-se deduzindo do rendimento locativo, quando for caso disso, uma percentagem destinada à conservação, que irá, no máximo, até 10 por cento dêste rendimento. Essa percentagem, fixada explicitamente, na caderneta de avaliação, em cada caso especial, é destinada só à conservação das oficinas agrícolas e muros, e não à valorização dos mesmos.

9) O rendimento colectável dos prédios que costumam ficar de pousio será fixado na média que corresponder à soma do rendimento dum ano de cultura e das pastagens ou quaisquer outras produções nos anos de pousio.

10) Na determinação do rendimento colectável das árvores produtoras de cortiça e das madeiras ou essências florestais, ter-se há em vista que o rendi-

mento anual a inscrever nas matrizes para a tributação deve ser 7,6 por cento do valor total da produção durante um período de 10 anos.

11) A redução a dinheiro do rendimento bruto em géneros será feita pela média dos preços correntes, segundo a estiva camarária, nos últimos doze anos, excluídos os dois anos de maior preço e os dois de preço menor.

12) O rendimento anual dos prédios rústicos será especificado em géneros e em dinheiro; será, porém, especificado sómente em dinheiro o rendimento bruto das hortas e dos pomares de espinho ou caroço, quando as árvores não excederem o número de cinquenta, e o de pequenos prédios cujo rendimento bruto não seja superior a 10\$.

13) O rendimento anual dos prédios rústicos será avaliado segundo o que os mesmos prédios produzirem em anos regulares, sem atenção aos acidentes fortuitos que prejudiquem a produção, os quais serão considerados pelo modo estabelecido na secção II do capítulo VIII dêste Código, artigos 199.º e seguintes.

14) A parte rústica e a urbana dos prédios mixtos serão descritas nas respectivas cadernetas, indicando-se quanto a uma o número e fôlha da caderneta onde está descrita a outra.

15) Na descrição dos prédios urbanos far-se há distinção das suas divisões, quartos, lojas ou andares quando possam ser arrendados ou ocupados separadamente.

16) A descrição dos incultos consistirá na sua área rigorosamente determinada em hectares e no preceituado nos números 1.º a 4.º do artigo 161.º

17) Toda a vez que, para a identificação e avaliação da propriedade, seja necessário proceder a levantamentos topográficos, o Governo fornecerá o material e pessoal indispensáveis para êsse fim.

18) Relativamente aos prédios urbanos e rústicos onerados com fôro, censo ou pensão, ou arrendamentos a longo prazo, nas hipóteses de estarem êsses ônus e contratos devidamente registados na conservatória, ou de ter sido feita a declaração documentada na repartição de finanças ou de já existir nas matrizes

antigas, o rendimento colectável será descriminado, e nessa conformidade repartido entre o senhorio e o enfiteuta, censuário ou pensioneiro, ou entre o proprietário e o arrendatário, a fim duns e outros serem separadamente tributados; salvo se nos contratos respectivos houver estipulação pela qual o enfiteuta seja obrigado a pagar a contribuição relativa ao fôro, ou o arrendatário a contribuição relativa ao prédio, nos termos dos artigos 28.º a 30.º

19) Não pode o rendimento colectável dum prédio ser fixado em importância inferior ao valor anual de todos os encargos que elle suporte.

20) Quando a contribuição dos prédios arrendados esteja a cargo do rendeiro, o rendimento locativo do prédio urbano ou rústico não pode ser inferior ao valor da renda, acrescido das contribuições do último ano.

21) Considera-se como renda para todos os fins fiscaes, incluindo os dos decretos de 12 e 18 de novembro de 1910, tudo quanto o senhorio recebe do arrendatário, ou este satisfaz em vez d'elle, por efeito directo ou indirecto da cedência dos seus prédios e dos serviços que porventura o senhorio nele tenha estabelecido, quer estes serviços sejam especiais para o arrendatário, quer comuns a outros arrendatários do mesmo ou diversos prédios e ainda que aproveitem também ao próprio senhorio.

22) Consideram-se arrendamentos a longo prazo todos os que vão além de vinte anos.

§ único. Às comissões avaliadoras será facultado o exame de todos os livros e documentos indispensáveis para o desempenho do seu serviço, pelas inspecções e repartições de finanças e conservatórias do registo predial, e ser-lhes hão fornecidos os elementos que das mesmas solicitarem.

Art. 174. — Os prédios urbanos affectos ao culto, a que se referem os §§ 2.º e 3.º do artigo 5.º, serão avaliados pelos inspectores de finanças com base em informes recolhidos pelos respectivos secretários, que ouvirão sempre as câmaras municipais e juntas de paróquia, devendo ter-se em conta a ordem das terras e a superfície occupada pelos prédios, bem como o valor dos terrenos circunjacentes.

SECÇÃO IV

Das reclamações e recursos contra os resultados das avaliações

Art. 175.º — O secretário de finanças e os contribuintes podem reclamar do resultado da avaliação para a junta de matrizes, requerendo segunda avaliação no prazo de dez dias a contar da intimação da primeira ao contribuinte ou a quem o represente.

§ 1.º Quando se trate de propriedade rústica, a segunda avaliação será feita por uma comissão assim constituída: 1.º um engenheiro ou condutor de obras públicas; 2.º um agrónomo ou regente agrícola, nomeados pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos; 3.º um terceiro perito nomeado pelo reclamante. Os dois primeiros membros desta comissão, com a assistência facultativa do terceiro, procederão ao levantamento da planta topográfica não cotada das propriedades, com a discriminação das parcelas e classificação dos terrenos e culturas, e só em presença destes elementos a comissão procederá à avaliação sem dependência dos limites fixados na alínea d) do n.º 6 do artigo 173.º

§ 2.º Quando se trate de propriedade urbana, a nova avaliação será feita por uma comissão assim constituída: 1.º um engenheiro ou condutor de obras públicas; 2.º um architecto ou construtor civil, nomeados pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos; 3.º um perito nomeado pelo reclamante. A comissão apresentará um relatório circunstanciado justificativo da avaliação.

§ 3.º Os resultados das avaliações ficarão constando das cadernetas.

§ 4.º O Governo fornecerá o pessoal auxiliar e material necessários para os efeitos do disposto nos §§ 1.º e 2.º

§ 5.º Os peritos prestarão compromisso de honra perante o secretário de finanças no dia por êle designado.

Art. 176.º — Às segundas avaliações é applicável o que fica disposto para as primeiras.

Art. 177.º — O secretário de finanças e os contribuintes podem, ainda recorrer do resultado da segunda avaliação para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e dêste para o Supremo Tribunal Administrativo nos termos gerais dêste Código.

§ único. O recurso será interposto no prazo de dez dias, a contar da intimação da avaliação ao contribuinte.

Art. 178.º — Os requerimentos de recurso serão instruídos com os documentos que as partes entenderem dever juntar.

§ 1.º O secretário de finanças passará, no prazo de cinco dias, a requerimento dos contribuintes, as certidões que lhe forem pedidas para êste efeito.

§ 2.º Quando o recurso fôr interposto pelo secretário de finanças, será intimado o contribuinte ou quem o represente para oferecer, querendo, alegações e documentos no prazo de dez dias, a contar da intimação. Quando o recorrente fôr o contribuinte, deve o secretário de finanças, no prazo de dez dias, a contar da interposição do recurso, alegar e juntar documentos.

Art. 179.º — As reclamações e recursos não teem efeito suspensivo.

Art. 180.º — Todas as despesas das avaliações requeridas e recursos interpostos pelos contribuintes ficam a seu cargo quando se verifique que o rendimento real do prédio ou prédios avaliados e tomados em seu conjunto é igual ou superior à totalidade do rendimento contestado.

SECÇÃO V

Das alterações anuais nas matrizes

Art. 181.º — As alterações de rendimento colectável, que forem ocorrendo depois de organizadas as matrizes, nos termos dêste Código, serão consideradas em adicionamentos anuais às mesmas matrizes, pela forma declarada nos parágrafos seguintes, fazendo-se prece-der a sua escrita desta declaração:

«Serviço do ano de»

«Rendimento colectável do encerramento anterior,
...§....»

§ 1.º Os prédios omissos serão inscritos em artigos adicionais à matriz com o rendimento que lhes competir, continuando-se a numeração que vier dos artigos anteriores e fazendo-se no lugar competente da matriz, segundo a ordem topográfica, referência à nova inscrição. No texto da mesma inscrição escrever-se há a nota de «omisso».

§ 2.º Os prédios construídos de novo serão inscritos pela mesma forma declarada no § 1.º, com a diferença, porém, de que a nota a lançar no texto da inscrição será de «construído de novo em .. ».

§ 3.º Quanto aos prédios que estiverem no regime de isenção temporária ou permanente do imposto e por esse facto se acharem já descritos na matriz sem designação de rendimento, a alteração, quando houver mudado de possuidor, ou quando por qualquer outra circunstância terminar a isenção, será feita no próprio artigo em que o prédio estiver inscrito, lançando-se na respectiva coluna o rendimento colectável que lhe pertencer e no texto da inscrição a nota de «cessou a isenção em...». A importância do rendimento colectável será adicionada no fim da matriz com a declaração seguinte:

«Aumento no artigo n.º§».

§ 4.º Os prédios reedificados ou acrescentados serão inscritos em novos artigos da matriz, anulando-se ao mesmo tempo as primitivas inscrições e o seu rendimento colectável, e lançando-se nos novos artigos a nota de «reconstruído em . . Estava inscrito com o número ...». A anulação será feita, trancando-se o número do primitivo artigo e a importância do rendimento colectável e declarando-se no adicionamento da matriz:

«Diminuição de rendimento colectável por anulação, artigo n.º».

§ 5.º Se o prédio fôr sómente melhorado sem modificação no número de andares ou divisões, a alteração será feita no próprio artigo em que o prédio já estiver inscrito, escrevendo-se por baixo do rendimento colectável o rendimento acrescido e a totalidade do ren-

dimento que fica inscrito, e lançando-se no texto da inscrição a nota de «melhorado no ano de ...» A importância que houver sido aumentada no rendimento colectável será levada ao adicionamento da matriz pela forma seguinte:

«Aumento de rendimento no art. n.º ... melhoramentos ...\$...».

§ 6.º Os prédios que forem divididos por novos possuidores continuarão inscritos nos mesmos artigos. O nome do antigo possuidor será trancado, escrevendo-se em seu lugar, por ordem alfabética, os nomes dos novos proprietários, com o rendimento parcial (coluna respectiva) que a cada um competir.

§ 7.º Se houver alteração para mais ou para menos na soma do rendimento colectável, em resultado de reclamação ou revisão de avaliação, levar-se há ao adicionamento da matriz a importância da diferença com uma das seguintes notas:

«Aumento de rendimento no artigo ...».

ou

«Diminuição de rendimento no artigo ...».

§ 8.º Quando a um prédio inscrito na matriz sejam agregados outros prédios confinantes, e o proprietário tenha, em requerimento circunstanciado e documentado, pedido à junta de matrizes a descrição dêsse conjunto de prédios em um só artigo, serão anulados os artigos primitivos fazendo-se nova descrição no fim da matriz, lançando-se nos artigos anulados a nota de «compreendido no artigo...» e em novo artigo, em seguida à nova descrição, a nota de «formado pela reunião dos artigos . . .». Quanto ao rendimento colectável, observar-se há o disposto no § 4.º

§ 9.º Os prédios que forem totalmente destruídos serão eliminados da matriz, anulando-se os respectivos artigos e o rendimento colectável, e lançando-se no texto da inscrição a nota de «anulado por ter sido destruído»; porém se a destruição fôr parcial, será anulado sómente o rendimento colectável correspondente à parte destruída. A importância do rendimento colectável será deduzida no fim da matriz, nos termos da parte final do § 4.º

§ 10.º Os aumentos ou diminuições de rendimento

colectável, que resultarem da decisão de reclamações ou de revisão de rendimento, concedida nos termos dêste Código, serão averbados nos próprios artigos em que os prédios estiverem inscritos. As diferenças para mais ou para menos serão levadas ao fim da matriz pela forma estabelecida no § 6.º

§ 11.º Fora dos casos previstos nos parágrafos antecedentes, sempre que algum artigo da matriz, por qualquer circunstância, tiver de ser transferido para o adicionamento da mesma matriz, anular-se há o primitivo artigo com a nota de «transferido para o artigo n.º ...» E em tudo o mais se observará por semelhança o que fica determinado na parte final do § 4.º

§ 12.º Somado o rendimento colectável acrescido com o anterior rendimento da matriz, e deduzida a importância das diminuições ou das anulações de artigos, inscrever-se há a soma do rendimento definitivo, encerrando-se a matriz por meio de termo assinado pela junta, no qual deverá declarar-se por extenso:

a) A totalidade do número de artigos inscritos de novo e seu rendimento colectável.

b) A totalidade do número de artigos que foram anulados ou diminuídos em rendimento e a soma dêsse rendimento.

c) O número de artigos e a soma do rendimento colectável, que ficam definitivamente inscritos na matriz depois de efectuadas as alterações.

d) O número de fôlhas que ficam escritas e a circunstância de estarem rubricadas pelo presidente da junta.

§ 13.º Quando não houver alteração alguma no rendimento colectável, dispensar-se há novo encerramento da matriz, sendo êste substituído pela seguinte nota, assinada pela junta:

«Serviço do ano de ...»

«Rege o encerramento anterior».

«Em ... de ... de 19...»

Art. 182.º — As alterações resultantes da transmissão dos prédios duns para outros possuidores serão averbadas nos próprios artigos em que os prédios estiverem inscritos, trancando-se o nome do antigo proprietário e escrevendo-se os nomes e domicílios dos novos pro-

00

prietários ou usufrutuários, com declaração do ano em que esta alteração se efectuou e da causa que a determinou.

§ único. Quando em virtude de sucessivas alterações a inscrição predial puder ficar menos inteligível, será a mesma inscrição anulada e transferida de teor para o fim da matriz, observando-se a respeito do rendimento colectável o que fica preceituado na parte final do § 4.º do artigo anterior.

Art. 183.º — As alterações na fixação do rendimento locativo dos prédios rústicos nas matrizes serão notadas nos artigos destas, inscrevendo-se por cima das quantidades em géneros as novamente fixadas, e por cima das quantias as que proporcionalmente corresponderem às novas quantidades em géneros. Na coluna do rendimento colectável será notada a diferença, precedendo-a do sinal (—) se a quantidade de novo fixada fôr menor, e do sinal (+) se fôr maior.

Art. 184.º — O rendimento colectável que crescer por virtude das alterações em prédios já inscritos será colectado na contribuição predial que lhe corresponder desde o ano em que se der o aumento, adicionando-se em artigos especiais nos mapas de lançamento dos respectivos anos e ligando-se os artigos por meio de notas de referência.

Art. 185.º — Os secretários de finanças ficam obrigados a averbar *ex-offício* nas matrizes, em nome dos novos possuidores, os prédios que se transmitirem e dos quais se tenha liquidado na repartição de finanças a seu cargo a competente contribuição de registo a título oneroso ou a título gratuito.

§ 1.º Quando a contribuição de registo por título gratuito respeitar a prédios situados em concelho diverso daquele em que se instaurou a liquidação, o secretário de finanças, que tiver organizado o processo, enviará ao secretário competente os esclarecimentos necessários para efectuar o averbamento nas matrizes.

§ 2.º Se, depois de feito o averbamento na matriz, a contribuição de registo por título oneroso fôr mandada restituir, ficará sem efeito o averbamento.

§ 3.º Nos averbamentos deverá declarar-se sempre,

abreviadamente, o ano em que foram feitos e os elementos que os justificarem.

§ 4.º Os averbamentos feitos até a data do encerramento anual das matrizes para o lançamento do imposto serão tidos em atenção no mapa do ano corrente, lançando-se a contribuição predial dêsse ano aos novos possuidores dos prédios. Os averbamentos feitos depois do encerramento da matriz só serão considerados no mapa do ano seguinte.

§ 5.º Quando a herança fique pertencendo a mais dum herdeiro, e do processo da liquidação da contribuição de registo não conste a partilha, se outra coisa não fôr requerida pelos interessados à junta de matrizes, acrescenta-se ao nome em que estiverem inscritos os prédios «cabeça de casal da herança de». Se porêm a pessoa falecida fôr casada e deixar herdeiros que não seja só o cônjuge sobrevivente, e os prédios se acharem inscritos em nome dêste, adiciona-se «e filhos» ou «e outros», conforme o caso.

§ 6.º Sendo vendida uma parte determinada dum prédio inscrito na matriz sob um único artigo, sómente se fará o averbamento dessa parte para o nome do novo possuidor em virtude de requerimento dirigido à junta de matrizes, no qual o interessado descreverá a parte comprada com todas as suas confrontações para assim ficar constando da matriz em artigo novo.

§ 7.º Quando diversos co-proprietários dum prédio o conservarem indiviso, embora solicitem a destrinça dos seus quinhões para o efeito da distribuição do imposto nos termos do § único do artigo 29.º e artigo 110.º e seus parágrafos, mencionar-se hão todos os seus nomes no artigo da matriz correspondente ao prédio, com indicação do quinhão correspondente a cada um.

Art. 186.º — O lançamento da contribuição predial e todo o mais serviço posterior ao encerramento das matrizes será regulado anualmente, na parte aplicável, pelas mesmas disposições que estão estabelecidas para igual serviço no primeiro ano de vigência das matrizes organizadas nos termos dêste Código.

SECÇÃO VI

Reclamações posteriores ao serviço das alterações

Art. 187.º — Findo o serviço da revisão, serão as matrizes patenteadas de 20 a 30 de maio para os contribuintes reclamarem, perante a junta, contra os erros praticados na execução dos elementos que determinaram as alterações. A junta resolverá as reclamações nos prazos de cinco dias, sendo facultado aos reclamantes os recursos a que se refere a secção VI do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

Art. 188.º — O serviço da revisão anual das matrizes, correspondentes reclamações e alterações, deve ficar concluído no dia 30 do mês de junho de cada ano.

§ único. Os serviços que não ficarem concluídos em 30 de junho, por não terem sido resolvidos os recursos a tempo de poderem ser considerados nas matrizes até o seu encerramento, deverão ser feitos por adicionamento ao serviço dêsse ano ou com o serviço anual do ano seguinte, conforme a época das respectivas decisões.

CAPÍTULO VIII

Das anulações

SECÇÃO I

Das anulações ordinárias

Art. 189.º — Por duplicação ou êrro de colectas ou por terem ficado devolutos os prédios urbanos em que a contribuição tiver recaído, podem os interessados reclamar perante a junta de matrizes, no prazo de três meses, contados do primeiro dia da abertura do cofre para a cobrança, com recurso para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e dêste para o Supremo Tribunal Administrativo, pela forma e nos prazos estabelecidos nas secções III e IV do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

§ único. Os requerimentos para anulação só poderão ter seguimento sendo assinados pelos próprios, ou por outrem a seu rogo, ou por legítimo representante, e com as assinaturas reconhecidas por notário, salvo se os signatários forem advogados ou procuradores inscritos nos auditórios da respectiva comarca.

Art. 190.º — Quando o prédio urbano ficar devoluto, no todo ou em parte, durante um ou mais meses do ano, o proprietário ou usufrutuário terá direito à anulação dos correspondentes duodécimos da colecta.

§ único. Para execução do disposto neste artigo deverá ter-se em vista:

1.º Que os prédios ou suas divisões que estiverem arrendados, embora o locatário os não habite, e os que forem ocupados pelo proprietário ou por este cedidos gratuitamente não tem anulação de colecta;

2.º Que os prédios ou as divisões de prédios mobiliados se consideram arrendados e ficam sujeitos à contribuição;

3.º Que devem o imposto os prédios ou suas divisões, embora desabitados e sem mobília, acerca dos quais se prove que o senhorio exigiu renda superior à constante da matriz;

4.º Que nos casos em que deva ter lugar a anulação de colecta pelos prédios urbanos situados nas estações termas, climatéricas e balneares, os quais costumam ser arrendados sómente durante uma parte do ano, essa anulação será liquidada, não pelo tempo em que se conservarem devolutos, mas unicamente pela diferença entre a renda recebida, segundo constar do título de arrendamento ou das informações presentes à junta de matrizes, e a importância do rendimento collectável inscrito.

Art. 191.º — Na Ilha da Madeira, os prédios ou divisões de prédios urbanos, que por conta do proprietário estiverem mobiliados e com escritos, para o fim único e exclusivo de serem arrendados, e não o tenham sido em todo o ano, serão considerados devolutos para a anulação das verbas de contribuição predial que sobre os mesmos prédios tiverem recaído.

§ único. Quando porêm estes prédios ou suas divisões tenham sido arrendados dentro do ano a que res-

peitar a contribuição predial, esta será devida em relação à renda que por êles efectivamente se tiver pago.

Art. 192.º — Exceptuam-se das disposições do artigo antecedente:

1.º Os prédios ou divisões de prédios urbanos nos quais tenha residido, durante uma parte do ano, o respectivo proprietário ou outra pessoa por cedência gratuita ou arrendamento de favor do proprietário, embora na outra parte do mesmo ano não sejam arrendados, mas estejam mobilados para o fim de o serem, pois que neste caso a contribuição predial será devida por todo o ano;

2.º Os prédios ou divisões de prédios que tiverem sido arrendados e depois mobilados pelo arrendatário para assim os sublocar, embora não estejam ocupados. Neste caso a contribuição será devida por todo o tempo que tiver durado o arrendamento, e em relação ao correspondente rendimento da matriz, contanto que êste não seja inferior à importância total da renda recebida, nos termos no n.º 4) do artigo 173.º

Art. 193.º — Para se tornar efectiva a anulação da contribuição predial, a junta de matrizes fará processar, em presença do caderno das alterações e anulações, títulos de anulação, conforme o modelo n.º 26, assinados pelo presidente e pelo secretário da junta.

§ 1.º Quando a anulação fôr da importância total do conhecimento, e êste não esteja pago, ser-lhe há lançada a nota de «anulado pelo título n.º ...» que o secretário de finanças e o tesoureiro assinarão. Os conhecimentos assim anulados ficarão juntos aos títulos e acompanharão a respectiva relação, que documenta o crédito do liv. 10, junto ao regulamento de 4 de janeiro de 1870.

§ 2.º Nos demais casos são os títulos entregues aos interessados, para a respectiva importância lhes ser levada em conta, nos termos do artigo 140.º, passando o interessado a declaração dêsse encontro, correspondente a recibo, no verso do título, sendo a assinatura reconhecida por notário.

§ 3.º Da entrega dos títulos aos contribuintes passarão os mesmos recibo no caderno das alterações e anulações em seguida à importância anulada.

§ 4.º Os talões dos títulos em que não se verifique a hipótese prevista no § 1.º serão relacionados por ordem alfabética e entregues ao tesoureiro, mediante recibo passado nessa relação, a fim de fazer a conferência dos títulos quando lhe forem apresentados.

§ 5.º Os tesoureiros lançarão no verso do título verba rubricada, indicando o número, ano do conhecimento, nome em que estava processado e a importância do mesmo que se achava em dívida no acto da apresentação do título.

§ 6.º No fim de cada mês os títulos recebidos pelo tesoureiro serão deduzidos, por exercícios, na soma da contribuição predial cobrada e entregues ao secretário de finanças, com os respectivos talões, a fim de organizar, em duplicado, a relação que deve documentar o liv. 10.

§ 7.º Ao inspector de finanças será enviado o exemplar ao qual estiverem juntos os títulos.

§ 8.º Não serão creditados títulos de anulação em que não se tenha observado tudo quanto fica disposto nos parágrafos anteriores.

§ 9.º Os títulos de anulação que não forem solicitados durante o ano civil em que foram passados serão relacionados e enviados, até o dia 5 de janeiro do ano imediato, ao inspector de finanças, podendo os interessados reclamá-los a este funcionário até o dia 31 de dezembro desse ano.

§ 10.º Os títulos de anulação que não forem reclamados nos prazos estabelecidos no parágrafo anterior caducam para todos os efeitos e ficarão arquivados na respectiva inspecção de finanças.

§ 11.º Os títulos de anulação só podem ser utilizados pelos próprios colectados e em relação à mesma espécie de contribuição, ou por quem lhes suceda nos direitos e obrigações inerentes aos respectivos prédios.

§ 12.º Em todos os demais casos e sempre que o título de anulação haja de ser pago a dinheiro, os interessados reclamarão a restituição no Ministério das Finanças, pelo processo competente.

§ 13.º Em caso algum se reformará qualquer título de anulação sob pretexto de destruição ou extravio.

Art. 194.º — A junta passará os títulos de anulação

a que derem lugar as decisões do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e do Supremo Tribunal Administrativo.

Art. 195.º — O secretário de finanças mandará afixar na porta da sua repartição uma relação, conforme o modelo n.º 27, dos títulos concedidos pela junta, enviando ao inspector de finanças um duplicado dessa relação.

Art. 196.º — O inspector de finanças enviará no fim de cada ano à Direcção Geral das Contribuições e Impostos uma relação de todas as anulações de contribuição predial efectuadas no seu distrito, com designação dos nomes dos respectivos contribuintes e das importâncias anuladas a cada um dêles.

Art. 197.º — As anulações serão averbadas nas relações de descarga dos conhecimentos e no artigo do lançamento em que o respectivo contribuinte estiver inscrito.

Art. 198.º — Quando em virtude de reclamação contra erro de colecta, apresentada no prazo marcado no artigo 189.º, se verificar que a algum contribuinte foi lançada mais e a outro menos contribuição do que deveria competir-lhes, observar-se há o seguinte:

a) Ao primeiro contribuinte será concedido título de anulação pelo excesso da sua colecta.

b) O segundo contribuinte será inscrito, em adição ao mapa de lançamento, pela soma que a menos lhe tiver sido lançada, ligando-se esta nova inscrição com a anterior, por meio duma nota de referência. Neste caso o interessado deve ser notificado pessoalmente para dentro de dez dias ir examinar o mapa e reclamar, nos termos gerais dêste Código, o que julgar a bem do seu direito.

SECÇÃO II

Das anulações por sinistros

Art. 199.º — Os contribuintes que sofrerem perdas nos seus prédios rústicos, que não sejam as que de ordinário acontecem por efeito de irregularidade das estações, ou das doenças das culturas, ou de factos ou

omissões imputáveis aos cultivadores, mas tam sómente as que procedem de accidentes fortuitos e extraordinários, que destruam completamente, ou na máxima parte, os prédios ou as suas culturas, e bem assim os que tiverem sinistros análogos nos seus prédios urbanos, podem requerer, com relação ao ano em que semelhantes perdas ocorrerem, e na parte respectiva á diminuição sofrida no rendimento colectável exclusivamente por essas causas, a anulação da correspondente colecta de contribuição predial.

§ 1.º São excluídos da disposição dêste artigo os proprietários de prédios rústicos, pelos prédios ou parte dêles que estiverem arrendados no ano em que ocorrerem as perdas.

§ 2.º Em caso algum podem ser anuladas ou diminuídas as verbas de contribuição predial correspondentes aos foros, censos e pensões que onerem os prédios em que haja sinistros.

Art. 200.º — Os requerimentos para anulação por sinistros serão assinados nos termos do § único do artigo 189.º e entregues ao secretário da junta de matrizes, dentro do prazo máximo de quinze dias a contar da data do sinistro, sob pena de não terem seguimento.

§ 1.º Os requerimentos deverão conter:

- 1.º O nome e morada do contribuinte;
- 2.º As indicações dos prédios em que ocorreram as perdas, com designação dos seus nomes, situação e artigo da matriz em que se acham³ inscritos;
- 3.º A quantidade e qualidade do rendimento perdido nesse ano e o motivo da perda;
- 4.º A data e todas as circunstâncias em que ocorreu o sinistro.

§ 2.º Os requerimentos devem ser individuais, mas, se o accidente ou prejuizo for comum a um concelho ou freguesia e produzir o mesmo dano a todos os proprietários e cultivadores, pode o requerimento ser feito pela câmara municipal, a favor dêsses proprietários e cultivadores.

Art. 201.º — O secretário de finanças autuará, pelo menos no fim de cada mês, num só processo, todos os requerimentos e organizará uma relação de todas as

anulações requeridas, contendo o nome dos contribuintes, a designação e situação dos prédios, os rendimentos colectáveis das matrizes e a importância dos prejuízos alegados, entregando-a à junta de matrizes.

Art. 202.º — A avaliação dos prejuízos será efectuada por meio de inspecção directa aos prédios nos termos dos artigos 7.º a 9.º, podendo os respectivos proprietários assistir.

Art. 203.º — O perito procederá imediatamente à inspecção directa aos prédios, avaliará a produção que estes tiverem tido, tomando o preço dos géneros pela tarifa camarária ou na sua falta por informação oficial do administrador do concelho, e deduzindo esta importância do rendimento colectável da matriz, tendo em vista a percentagem destinada à despesa de conservação, fixará a importância efectiva do rendimento perdido, que inscreverá na mesma relação, e devolverá esta com seu relatório ao secretário de finanças logo que termine os seus trabalhos.

Art. 204.º — O secretário de finanças escreverá à margem de cada requerimento:

1.º A importância do rendimento colectável atribuído na matriz ao prédio em que tiver havido o prejuízo e o número do competente artigo;

2.º A importância do rendimento perdido, segundo a reclamação do contribuinte;

3.º O resumo do parecer do perito sobre o *quantum* do prejuízo.

Art. 205.º — Os requerimentos de anulação, informados pelo modo indicado no artigo antecedente, serão logo apresentados à junta de matrizes para os resolver no prazo de dez dias com base no relatório do perito.

Art. 206.º — Se o secretário de finanças ou os contribuintes não se conformarem com a decisão da junta de matrizes, poderão requerer, nos termos e pela forma estabelecida no artigo 175.º, nova avaliação, que será feita pela comissão referida nêsse artigo, não se procedendo, porém, em regra, a levantamento da planta, ficando os contribuintes sujeitos ao pagamento das respectivas despesas quando fôr confirmada a primeira avaliação ou forem arbitrados os respec-

tivos prejuízos em importância igual ou inferior àquela que tenha sido fixada pela junta de matrizes.

Art. 207.º — Os requerimentos e acórdãos serão registados, em resumo, no caderno das alterações e anulações.

§ 1.º Ultimado o processo, será este remetido pelo secretário de finanças à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, por intermédio do respectivo inspector.

§ 2.º A mesma Direcção Geral examinará todo o processo para verificar se foram cumpridas as disposições legais, e, achando-o conforme, lançar-lhe há o seu despacho de aprovação, devolvendo-o logo ao inspector de finanças, que o enviará ao secretário.

Art. 208.º — Liquidado definitivamente o prejuízo, não se fará alteração alguma no rendimento colectável da matriz, mas inscrever-se há a importância do rendimento perdido em coluna especial do mapa de lançamento, não se lhe lançando contribuição alguma nesse ano.

§ 1.º Quando a decisão de qualquer reclamação não fôr proferida a tempo de ser atendida no mapa de lançamento do ano a que a mesma reclamação respeitar, o secretário de finanças requererá *ex-officio* à junta de matrizes que se processe a favor do contribuinte, e pela percentagem que lhe corresponderia no referido ano, um título de anulação, que será satisfeito e escripturado da mesma forma que está estabelecido para as outras anulações.

§ 2.º No caso da demora prevista no parágrafo antecedente e quando a importância da anulação fôr igual ou superior a um têtço da colecta predial do respectivo contribuinte, não se contarão os juros da mora, nem se procederá ao relaxe do conhecimento a que a anulação respeitar, senão decorridos quinze dias depois da entrega do título ao interessado, sendo desta data em diante que começam a vencer-se os citados juros.

Art. 209.º — A completa destruição do prédio ou duma parte dêle dá direito à rectificação do seu rendimento na matriz quando essa destruição seja definitiva ou de efeitos permanentes, uma vez que estas

circunstâncias tenham ficado claramente verificadas na inspecção ao prédio.

§ único. Em especial o prédio urbano que fôr totalmente destruído será eliminado da matriz, anulando-se a respectiva inscrição e o rendimento colectável.

Art. 210.º — Os secretários de finanças enviarão aos inspectores, e estes à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, uma relação nominal dos contribuintes a quem, em virtude de sinistros nos seus prédios, deixou de ser lançada a contribuição predial no respectivo ano, designando o rendimento não tributado a cada contribuinte, e a totalidade da contribuição que deixou por êsse facto de ser lançada em todo o concelho.

Art. 211.º — Os processos de anulação por sinistros de que trata esta secção ficarão arquivados nas repartições de finanças.

CAPÍTULO IX

Dos prédios omissos na matriz

Art 212.º — Todo o possuidor, por qualquer título, de prédios omissos na matriz é obrigado a reclamar a inscrição dos mesmos prédios, prestando ao secretário de finanças as necessárias declarações para êsse efeito.

Art. 213.º — Os prédios que, estando fora das matrizes, forem nelas inscritos por declarações dos seus proprietários, apresentadas na competente secretaria de finanças até 30 de junho de 1913, só ficarão sujeitos às contribuições prediais de 1912 e seguintes.

§ único. A contribuição de 1912 será lançada por adicionamento ao respectivo mapa.

Art. 214.º — A partir do 1.º de julho de 1913 são considerados remissos os donos de prédios já cultivados ou habitados e ainda não inscritos nas matrizes, sendo-lhes aplicadas multas correspondentes ao quíntuplo da primeira contribuição predial.

§ único. Esta primeira contribuição será a relativa ao ano civil imediatamente anterior áquele em que se

verifique a omissão, qualquer que seja a data do respectivo auto, contanto que o prédio urbano já estivesse habitado ou o rústico cultivado em qualquer período dêsse ano anterior.

Art. 215.º — Para a aplicação das multas de que trata o artigo anterior, o secretário de finanças levantará o respectivo auto perante duas testemunhas, dando dêle immediata notícia por edital afixado nos lugares do costume.

Art. 216.º — O auto será apresentado ao presidente da junta de matrizes, que mandará intimar o contribuinte remisso para, no prazo de dez dias, alegar por escrito, perante a junta, o que tiver por conveniente a bem dos seus interêsses.

Art. 217.º — Terminado o prazo estabelecido no artigo anterior, a junta resolverá acêrca da subsistência ou insubsistência do auto.

Art. 218.º — Das decisões da junta cabe recurso para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e das decisões dêste cabe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Estes recursos não teem efeito suspensivo e serão interpostos nos prazos e pela forma estabelecida na secção IV do capítulo II, artigos 64.º e seguintes.

§ único. Por parte da Fazenda Nacional serão os recursos interpostos pelos inspectores e secretários de finanças.

Art. 219.º — É facultado ao contribuinte remisso pagar a multa em cinco prestações hipotecando à Fazenda Nacional o respectivo prédio.

Art. 220.º — Para os efeitos do artigo anterior, a Fazenda Nacional será representada no acto da escritura de hipoteca pelo secretário de finanças, devendo êste promover, por intermédio do delegado do Procurador da República da comarca, o respectivo registo na conservatória, que será requerido dentro do prazo de 10 dias. O cancelamento da hipoteca será feito mediante certidão do pagamento da multa passada pelo secretário de finanças.

Art. 221.º — Todos os actos e contratos efectuados pelo contribuinte, posteriormente à publicação do edital a que se refere o artigo 215.º, em nada preju-

dicarão os direitos da Fazenda Nacional para ser paga, pelo produto da venda do prédio, da multa que lhe disser respeito, podendo sempre seguir execução sobre esse prédio, pôsto que tenha passado para poder de terceiro.

Art. 222.º — O contribuinte que desejar aproveitar-se da faculdade concedida no artigo 219.º requererá ao presidente da junta de matrizes, no prazo de dez dias a contar da intimação da decisão que julgou o prédio omissso, que lhe seja liquidada a multa em cinco prestações anuais, devendo a primeira ser paga no prazo de 30 dias a contar da liquidação e cada uma das restantes no mês de janeiro dos quatro anos seguintes.

§ 1.º A liquidação da multa será feita no prazo de cinco dias, contados da data do encerramento do mapa em que fôr efectuado o primeiro lançamento de contribuição ao prédio omissso, processando-se conhecimentos conforme o modelo n.º 28, que serão debitados ao tesoureiro.

§ 2.º Quando vencida e não paga uma prestação, consideram-se vencidas as restantes, procedendo-se à cobrança coerciva em execução fiscal administrativa.

Art. 223.º — Não tendo o contribuinte requerido, no prazo designado no artigo anterior, que lhe seja facultado o pagamento em cinco prestações, será a multa cobrada coercivamente em execução fiscal administrativa.

§ 1.º Para a instauração da execução fiscal, a decisão que julgou a omissão tem fôrça e vale como sentença passada em julgado.

§ 2.º O processo de execução fiscal será instruído com certidão passada pelo secretário de finanças donde conste: o auto por êle levantado, a decisão que julgou a omissão, a importância lançada ao contribuinte pelo prédio omissso no primeiro ano em que o lançamento fôr feito, a data das intimações feitas ao contribuinte e a circunstância de não ter o mesmo pedido a concessão do pagamento da multa em prestações.

§ 3.º Os emolumentos da certidão a que se refere o parágrafo anterior entrarão em regra de custas.

Art. 224.º — As intimações aos contribuintes remis-

sos, que não residirem no concelho da situação do respectivo prédio, e não tiverem aí representante, serão feitas na pessoa do seu rendeiro, feitor ou administrador.

Art. 225.º — As disposições do artigo 223.º e seus parágrafos são aplicáveis quando o contribuinte tiver requerido o pagamento em prestações e não hipotecar o prédio à Fazenda Nacional no prazo de dez dias a contar da liquidação da multa, ou quando o prédio já tiver encargos anteriores que tornem insuficiente a garantia hipotecária para o Estado.

Art. 226.º — A inscrição e avaliação dos prédios omissos nas matrizes será feita anualmente na mesma época, nos mesmos termos e com as mesmas formalidades estabelecidas para a inscrição e avaliação dos prédios construídos de novo ou melhorados, sendo-lhes igualmente aplicáveis os mesmos processos de reclamação e recursos ali designados.

§ único. Se, depois da apresentação da proposta anual a que se refere o artigo 151.º, fôr verificada a omissão de qualquer prédio, o secretário de finanças requererá imediatamente a respectiva avaliação, a fim do prédio ser considerado por adicionamento.

Art. 227.º — A partir do 1.º de julho de 1913 serão admitidas participações ou declarações escritas, umas e outras de carácter confidencial, sobre omissão de prédios nas matrizes.

§ 1.º As participações ou declarações serão escritas em papel comum, assinadas pelo participante e apresentadas em duplicado, devendo conter, além dos esclarecimentos indispensáveis para se reconhecer a identidade dos prédios, a indicação da residência do participante e a designação dos nomes de duas pessoas que certifiquem ser êle o próprio, quando o secretário de finanças o não reconheça.

§ 2.º A participação ou declaração será registada por extrato, num livro especial (modelo n.º 29), com termo de abertura e encerramento, numerado e rubricado pelo secretário de finanças, que estará em seu poder, restituindo-se ao apresentante um duplicado da participação ou declaração, com a nota do dia e hora em que o registo se efectuou.

§ 3.º É absolutamente proibido ao secretário de finanças, ou ao empregado que escrever o registo, revelar seja a quem fôr, excepto às estações officiaes superiores ou aos inspectores ou sindicantes, o nome dos indivíduos que fizeram as participações ou declarações de que trata este artigo.

Art. 228.º — Será abonada ao participante ou declarante de prédios omissos, quando não seja o próprio dono ou usufrutuário dêsses prédios, metade da multa que fôr lançada ao respectivo contribuinte.

§ 1.º O secretário de finanças, logo que esteja paga a multa ou parte dela, enviará ao inspector de finanças nota do abôno de que trata este artigo, para o mencionado funcionário solicitar, pela Direcção Geral da Contabilidade Pública, a expedição da competente ordem de pagamento em nome do mesmo secretário de finanças. Sendo a multa paga em prestações, o denunciante ou declarante receberá anualmente a parte que lhe competir.

§ 2.º Recebido no concelho ou bairro o aviso para pagamento do abôno, o secretário de finanças cobrará a respectiva importância e mandará logo, em carta fechada, notificar o interessado para vir à repartição de finanças receber, mediante quitação no próprio registo da sua participação, a parte que lhe competir.

§ 3.º O secretário de finanças que deixar de distribuir as importâncias que tiver cobrado incorrerá na pena cominada no § único do artigo 269.º sem prejuízo de procedimento criminal.

Art. 229.º — Quando sôbre a omissão do prédio houver duas ou mais participações ou declarações, o abôno de que trata o artigo 228.º será feito ao primeiro que tiver apresentado a participação ou declaração, conforme se verificar pelo respectivo registo.

Art. 230.º — Aos secretários e aspirantes de finanças por cujas diligências se increverem prédios omissos na matriz não pertencerá parte alguma da multa que por esse facto se liquidar, mas poderá o inspector de finanças propor-lhes uma remuneração extraordinária, consoante o imposto liquidado e a consideração que êsses serviços merecerem.

CAPÍTULO X

Recursos extraordinários

Art. 231.º — Fora dos prazos estabelecidos neste Código para as reclamações e recursos ordinários, poderão recorrer, extraordinariamente, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos:

1.º A Fazenda Nacional;

2.º Os colectados sem fundamento algum para o serem, que não devessem presumir a inscrição nas matrizes ou nos lançamentos, uma vez que com a mesma causa de pedir não tenham apresentado reclamação nos prazos ordinários.

§ único. O direito de reclamar extraordinariamente contra as colectas caduca, para os contribuintes ou seus representantes, um ano depois de realizado o pagamento voluntário da primeira prestação da colecta, ou seis meses depois de efectuada a citação para a sua cobrança coerciva, contanto que a mesma citação tenha sido feita na pessoa do próprio devedor ou representante, rendeiro, feitor ou administrador, ou na do responsável em caso de transmissão. Quando a citação fôr feita por outra forma, ou noutras pessoas, o prazo de seis meses contar-se há desde a penhora.

Art. 232.º — O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, excepto se o contribuinte recorrente depositar previamente a importância da colecta reclamada.

§ único. O depósito efectuar-se há segundo os preceitos do regulamento da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência e será logo averbado no processo de execução fiscal para o fim de suspender os termos da mesma execução.

Art. 233.º — A petição de recurso extraordinário será apresentada ao respectivo secretário de finanças do concelho ou bairro, ficando êsse funcionário obrigado a passar à parte interessada o competente recibo, com a data da apresentação.

§ 1.º O secretário de finanças, dentro do prazo de

oito dias, enviará ao respectivo inspector de finanças a petição do recurso com a sua informação, cópia do artigo da matriz e do lançamento, e certificado de haver ou não o contribuinte feito reclamação pelo mesmo motivo nos prazos ordinários, indicando se pagou qualquer prestação da colecta e em que dia, ou se foi citado ou penhorado e quando, e emitindo a sua opinião sobre a justiça de se sustentar ou anular a colecta; e juntará os documentos que julgue necessários para esclarecimento do assunto.

§ 2.º O inspector de finanças, dentro do prazo de dez dias, contados a partir da entrada do processo na inspecção, remete-lo há à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, com a apreciação da informação do secretário de finanças, que também juntará com os documentos que a acompanharam e com quaisquer outros esclarecimentos que se lhe ofereçam e possam concorrer para a justa resolução do processo.

Art. 234.º — A interposição dos recursos extraordinários por parte da Fazenda compete aos inspectores de finanças.

§ 1.º Antes da remessa dos recursos para o Ministério das Finanças, os inspectores darão aos interessados cópia dos recursos que interpuserem, fazendo-os intimar na mesma ocasião para, no prazo de quinze dias, contados da intimação, alegarem por escrito, perante o referido Ministério, o que julgarem a bem do seu direito.

§ 2.º A certidão desta intimação acompanhará os recursos.

§ 3.º Os recursos por parte da Fazenda Nacional não poderão compreender mais duma decisão recorrida.

Art. 235.º — Quando, por despacho do Ministro das Finanças, os recursos forem directamente recebidos na Direcção Geral das Contribuições e Impostos, serão por esta enviados às inspecções de finanças, que immediatamente os mandarão às respectivas repartições concelhias, sendo-lhes, a partir da entrada nestas, contados os prazos indicados nos parágrafos do artigo 233.º

§ único. No caso especial previsto neste artigo, os prazos a que se refere o § único do artigo 231.º con-

sideram-se interrompidos desde a data do despacho do Ministro até a da entrada dos recursos nas repartições concelhias.

Art. 236.º — Os acórdãos do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos são intimados às partes ou seus procuradores pelos secretários de finanças ou empregados seus subordinados.

§ 1.º Das decisões do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos cabe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, dentro de dez dias, contados da data em que fôr efectuada a intimação.

§ 2.º Quando tenha sido negado provimento ao recurso, são devidas custas pela intimação a que se refere êste artigo, contadas nos termos da tabela dos emolumentos e salários judiciais, não podendo subir o processo à instância superior enquanto elas não se mostrarem pagas.

Art. 237.º — Quando forem providos os recursos extraordinários, as respectivas comunicações serão feitas, por intermédio dos inspectores de finanças, ao respectivo secretário, o qual as apresentará à junta para mandar passar, a favor dos reclamantes, os competentes títulos de anulação e dar cumprimento ao mais que no acórdão, porventura, tiver sido determinado.

CAPÍTULO XI

Das notas estatísticas da contribuição predial

Art. 238.º — Findo o serviço do lançamento e anulações da contribuição predial de cada ano, os secretários de finanças organizarão e enviarão logo aos inspectores de finanças os mapas estatísticos do mesmo serviço, conforme os modelos que forem adoptados, mencionando sempre separadamente o que respeitar a cada uma das contribuições, urbana e rústica.

Art. 239.º — Os inspectores de finanças, depois de examinarem e fazerem rectificar, sendo necessário, os mapas ou notas estatísticas, organizarão, à vista destes

documentos, mapas conforme os modelos que forem adoptados e os remeterão à Direcção Geral da Estatística do Ministério das Finanças.

CAPÍTULO XII

Da remuneração aos interventores no serviço da contribuição predial

Art. 240.º — Os membros das comissões avaliadoras de que trata o artigo 158.º e bem assim os peritos e louvados nomeados pelo Governo, pelos inspectores e secretários de finanças e pelas câmaras municipais, terão direito a salários, pagos pela Fazenda Nacional, pelos serviços que prestarem nas inspecções, vistorias e avaliações, cujas despesas não sejam da responsabilidade dos contribuintes.

§ 1.º O quantitativo diário dos salários será fixado pelo Governo, por intermédio da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

§ 2.º Fixados os salários diários, serão expedidas as convenientes ordens a fim de serem pagos pela forma que mais convier ao serviço e aos interessados, e mediante as competentes fôlhas, que serão processadas e fiscalizadas pelos empregados que ordenarem o pagamento, sob sua responsabilidade.

Art. 241.º — Quando os reclamantes tiverem de pagar custas e selos a que sejam obrigados nos termos dêste Código, o secretário de finanças fará a respectiva liquidação de harmonia com os quantitativos fixados pelo Governo nos termos do § 1.º do artigo anterior, pelo que respeita a salários de peritos e louvados, vigorando para os demais casos as disposições da tabela dos emolumentos e salários judiciais.

§ único. Se os contribuintes, depois de devidamente avisados, não realizarem o pagamento no prazo de dez dias, proceder-se há à cobrança coerciva, servindo de base à execução a certidão extraída da conta, que tem força e vale como sentença passada em julgado.

Art. 242.º — O Governo fixará para cada secretaria

de finanças uma gratificação proporcional ao número dos artigos das matrizes que forem organizadas nos termos dos §§ 2.º e 3.º do artigo 37.º, ao maior ou menor trabalho nas rectificações dos artigos das matrizes que subsistem e à qualidade e celeridade do serviço; mas o pagamento só se efectuará depois de concluído todo o serviço no concelho, incluindo a extracção de novos verbetes.

CAPÍTULO XIII

Substituição das matrizes

Art. 243.º — As matrizes prediais serão substituídas quando, por inutilização accidental ou deterioração irremediável e inexactidão manifesta, não possam continuar a servir.

Art. 244.º — A substituição pode ser decretada, não só em geral para todas as matrizes dum distrito, mas também em especial para as dum determinado concelho, e ainda para as duma ou mais freguesias do mesmo ou de diversos concelhos, conforme se manifestarem as razões determinativas da substituição.

Art. 245.º — A substituição das matrizes será decretada sobre proposta fundamentada do inspector de finanças do distrito respectivo, ou em virtude de requerimento assinado por dois terços do número de contribuintes por imposto predial em cada freguesia, quando se reconheça existirem inexactidões que não possam ser sanadas por outra forma.

Art. 246.º — O Govêrno, no decreto que ordenar a substituição das matrizes, poderá nomear para a inspecção directa, descrição e avaliação, comissões técnicas especiais ou confiar êsse serviço às comissões permanentes de avaliação de que trata o artigo 158.º

Art. 247.º — Para a substituição das matrizes é facultado aos proprietários e usufrutuários de prédios urbanos ou rústicos prestar aos respectivos secretários de finanças declarações por escrito com respeito aos seus prédios.

§ único. Estas declarações, que serão feitas em relação a cada freguesia, devem conter:

1.º Quanto aos prédios urbanos, a sua situação ou localidade, números de polícia, quando os houver, divisões de que se compõe o prédio, renda por que estiver arrendada cada uma das mesmas divisões, foros e outros encargos que os onerem; tudo conforme o modelo n.º 30;

2.º Quanto aos prédios rústicos, a sua situação ou localidade, nomes próprios se os tiverem, diferentes espécies de cultura a que se destinam e se o terreno é de primeira, segunda ou terceira qualidade (boa, regular ou inferior produção), rendimento líquido anual, foros e outros encargos que os onerem; tudo conforme o modelo n.º 31.

Art. 248.º — As declarações serão feitas pelos contribuintes ou seus representantes, em impressos distribuídos gratuitamente pelos secretários de finanças.

§ 1.º Quando o contribuinte não souber escrever, a sua declaração poderá ser escrita e assinada por qualquer pessoa a rôgo dêle, sendo a assinatura devidamente reconhecida por notário ou abonada pelo administrador do concelho ou regedor de paróquia.

§ 2.º Os talões-recibos das declarações, depois de rubricados pelo secretário de finanças, serão entregues aos declarantes.

Art. 249.º — Na fixação do prazo para a entrega das declarações, o secretário de finanças atenderá à comodidade dos contribuintes, tendo para êsse fim em vista a área do concelho e a maior ou menor facilidade das suas comunicações. Em todo o caso, porém, êste prazo nunca poderá ser inferior a trinta dias.

§ único. Para a distribuição dos impressos para declarações e seu recebimento, os secretários de finanças podem recorrer à intervenção dos regedores de paróquia, avisando os contribuintes por meio de editais.

Art. 250.º — Recebidas as declarações, os secretários de finanças separá-las hão por freguesias, colocando-as por ordem alfabética a fim de serem entregues à comissão que inspecionar os prédios.

Art. 251.º — Á inspecção directa, descrição e ava-

liação é applicável o que fica disposto na secção III do capítulo VII, artigos 157.º e seguintes, devendo a inscrição nas cadernetas ser feita por ordem topográfica.

Art. 252.º — Quando um prédio estiver situado em duas freguesias do mesmo ou de diferente concelho, se fôr urbano, será inscrito na caderneta da freguesia a que pertencer a parte por onde tiver a principal serventia; se fôr rústico e não murado, na da freguesia em que estiver situada a maior parte; se fôr rústico e murado, na freguesia a que pertencer a parte por onde tiver a principal serventia.

Art. 253.º — Os prédios que pertencerem a mais dum possuidor serão inscritos da seguinte forma:

a) Se fizerem parte de alguma herança *pro indiviso*, averbar-se há a inscrição de cada prédio em nome do autor da herança, com o seguinte aditamento: «cabeça de casal da herança de».

b) Se forem possuídos em comum sem destrinça da parte que pertencer a cada co-proprietário, averbar-se há em cada inscrição sómente o nome do que já tiver figurado anteriormente, ou do que fizer a declaração, ou do primeiro por ordem alfabética, com a indicação: «F. ... e outros».

c) Se constar por documento autêntico a cota parte do prédio que pertencer a cada co-proprietário, será o mesmo prédio inscrito em um só artigo onde se mencionarão os nomes de todos os co-possuidores, levando-se à conta de cada um dêles, na coluna do rendimento parcial, a verba que lhe pertencer no rendimento colectável.

Art. 254.º — Na inscrição, que nunca deixará de fazer-se, dos prédios permanentemente isentos de contribuição, omitir-se há o rendimento colectável. A respeito dos prédios temporariamente isentos de contribuição predial, não será designado o rendimento colectável nas cadernetas, mas notar-se há o motivo da isenção, a época em que ela tiver começado, e aquela em que deva acabar, quando seja por período determinado.

Art. 255.º — Os prédios que eram sujeitos ao extinto imposto do quinto serão descritos na caderneta com o rendimento colectável em dôbro. Se unicamente

uma parte do prédio estava sujeito àquele imposto, só com respeito a essa parte se inscreverá o rendimento colectável em dôbro.

Art. 256.º — Ao rendimento colectável dos prédios onerados com algum fôro, censo ou pensão que fôsse sujeito ao imposto do quinto, será adicionada a importância dêsse encargo.

§ único. Quando o fôro, censo ou pensão fôr isento da contribuição predial, será abatida do rendimento colectável do prédio a importância do encargo isento.

Art. 257.º — Do rendimento colectável dos prédios sujeitos ao imposto do quinto, quando onerados com algum fôro apenas sujeito à contribuição predial, abater-se há a importância daquêle encargo.

§ único. Quando o fôro, censo ou pensão seja isento de contribuição predial, deduzir-se há do rendimento colectável do mesmo prédio o dôbro da importância do encargo isento.

Art. 258.º — O disposto nos artigos 255.º a 257.º subsistirá emquanto os prédios ou os foros e pensões pertencerem às corporações ou entidades que são sujeitas a contribuição predial em dôbro. Logo, porém, que esses bens sejam desamortizados ou mudem de possuidor, far-se hão as devidas rectificações no rendimento colectável a fim de que, a contar da data da transmissão, os mesmos bens sejam tributados segundo os princípios gerais dêste Código.

Art. 259.º — Será reduzida no rendimento colectável dos respectivos prédios a importância dos foros ou pensões de que fôr senhorio directo o Estado, ou qualquer pessoa ou corporação que tenha direito à isenção da contribuição predial.

§ único. Com excepção do disposto neste artigo, para a fixação do rendimento colectável não se fará abatimento dos encargos com que os prédios estiverem onerados.

Art. 260.º — Exceptuando o disposto nos artigos 32.º a 37.º, 39.º, 44.º e 45.º, as disposições dêste Código relativas à organização das matrizes, reclamações e recursos são applicáveis às matrizes substituídas nos termos dêste capítulo, sendo também permitida a reclamação de que trata a alínea a) do art. 143.º

CAPÍTULO XIV

Das penalidades

Art. 261.º — Os vogais das juntas de matrizes que não se reünirem, quando para isso forem convocados, incorrerão, cada um dêles, na multa de 10\$, nas cidades de Lisboa e Pôrto, 5\$ nos concelhos que tiverem mais de 3:000 fogos, e 3\$ nos de menor população.

Art. 262.º — O vogal da junta de matrizes que, sem motivo justificado, se recusar a prestar o serviço que por lei ou preceito legal lhe fôr incumbido incorrerá na pena de desobediência aos mandados da autoridade.

Art. 263.º — O regedor que deixar de afixar os editais que lhe forem remetidos ou de enviar a certidão da afixação incorrerá na multa de 2\$.

Art. 264.º — O empregado da fiscalização dos impostos que dolosamente ocultar nas suas declarações algum facto colectável ou pretender por qualquer forma prejudicar o Tesouro será processado disciplinarmente e suspenso ou demitido conforme a gravidade da falta, sem prejuízo de procedimento criminal.

Art. 265.º — Por falta de publicação dos editais e dos anúncios para abertura dos cofres e pagamento da contribuição predial, nos prazos estabelecidos neste regulamento, incorrerá o tesoureiro na multa de 5\$.

Art. 266.º — O tesoureiro que cobrar do contribuinte uma prestação da sua colecta, deixando outras anteriores em dívida, fica obrigado ao pagamento destas prestações, cuja importância será logo incluída na competente tabela de cobrança pelo respectivo secretário de finanças. As importâncias pagas por êste motivo poderão ser exigidas dos contribuintes pelo tesoureiro que as pagar e sob sua responsabilidade particular.

Art. 267.º — Ao tesoureiro que abonar títulos de anulação sem observância expressa do disposto no artigo 193.º e seus parágrafos não serão creditados os mesmos títulos, ficando solidários no pagamento da sua importância o secretário de finanças e respectivo

inspector que os não recusarem como documentos de crédito.

Art. 268.º — O tesoureiro que, no prazo da lei, deixar de relatar as colectas de contribuição predial em dívida incorrerá no pagamento de multa de 5 por cento das mesmas colectas e perderá o direito ao emolumento das certidões do relaxe durante um semestre, ficando, além disto, sujeito a qualquer outro procedimento que o Govêrno tenha por conveniente adoptar a seu respeito.

Art. 269.º — O secretário de finanças que, sem motivo devidamente justificado perante a Direcção Geral das Contribuições e Impostos, deixar de concluir nos prazos legais os serviços que neste regulamento lhe são incumbidos; que deixar de apresentar as suas propostas anuais à junta de matrizes para a inscrição de novos prédios urbanos ou revisão do rendimento colectável dos reconstruídos ou melhorados; que por incúria ou negligência protelar a abertura do cofre para o pagamento voluntário da contribuição predial; que não promover oportunamente o registo hipotecário das dívidas desta contribuição, nos termos prescritos neste Código; que não cumprir o disposto no art. 185.º ou não terminar, nos prazos da lei, as execuções fiscais de todas as colectas prediais em atraso, ficará sujeito a procedimento disciplinar, que será graduado segundo a gravidade das faltas.

§ único. O secretário de finanças que cometer a transgressão prevista no § 3.º do artigo 228.º será punido com a pena de suspensão dum a seis meses, sem prejuízo da restituição que é obrigado a fazer aos interessados.

Art. 270.º — O delegado do Procurador da República que deixar de promover, quando lhe seja requisitado, o registo hipotecário das colectas prediais em dívida incorrerá na multa de 20\$, que lhe será descontada nos seus vencimentos, a requisição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos dirigida ao Ministério da Justiça, ao qual será também enviado o processo justificativo da multa para o interessado poder deduzir a sua defesa.

§ único. Igual penalidade lhe será applicável quando

deixar de promover o cumprimento do disposto nos artigos 220.º e 277.º

Art. 271.º — O chefe do serviço ou de repartição que transgredir o disposto no artigo 277.º incorrerá na multa de 20\$, que lhe será descontada nos seus vencimentos, a requisição do respectivo inspector de finanças, dirigida ao Ministério a que o chefe pertence e acompanhada do processo justificativo da multa para o arguido poder deduzir a sua defesa.

Art. 272.º — Para a cobrança das multas cominadas nos artigos 261.º, 263.º, 265.º e 268.º o inspector de finanças formará uma relação em que se declare o nome de cada um dos infractores, a infracção praticada e a importância da multa correspondente.

§ 1.º Desta relação tirará o inspector de finanças uma cópia autêntica, que será por êle imediatamente remetida ao secretário de finanças. Esta cópia terá força de carta de sentença passada em julgado.

§ 2.º O secretário de finanças, apenas receba a cópia de que trata o parágrafo anterior, fará imediatamente avisar os indivíduos nela compreendidos, para no prazo de dez dias satisfazerem a importância da multa respectiva.

§ 3.º Findo o prazo para a cobrança estabelecido no parágrafo anterior, não se tendo esta realizado, o secretário de finanças instaurará execução fiscal administrativa.

§ 4.º Em embargos à execução, poderão os executados deduzir qualquer defesa que em direito lhes possa aproveitar.

Art. 273.º — A partir da publicação dêste Código não se efectuará promoção à classe imediata, nem se atenderá ao pedido de transferência de nenhum secretário de finanças, sem que o inspector respectivo declare sob sua responsabilidade exclusiva o estado de conservação e ordem das matrizes prediais.

§ 1.º Quando as matrizes sejam encontradas em desordem e mau estado, e não tenham os respectivos serviços sido executados de harmonia com as disposições dêste Código, não se realizará a promoção nem a transferência, sem que sejam regularizadas dentro do prazo máximo de dois meses. Findo êste prazo, e

não estando as matrizes devidamente ordenadas, ficará o secretário de finanças preterido na promoção e não se effectuará a transferência a pedido.

§ 2.º O disposto neste artigo sómente é applicável aos secretários de finanças que estejam no concelho durante mais de dois anos.

Art. 274.º — As disposições d'este capítulo entendem-se sem prejuizo de todas as penas disciplinares em que incorram os funcionários por negligência, erro ou dolo nos serviços directos e accessórios da contribuição predial.

CAPÍTULO XV

Disposições gerais

Art. 275.º — Nos termos do artigo 887.º do Código Civil, a Fazenda Nacional tem privilégio especial sobre os prédios pela contribuição predial que lhes tiver sido lançada nos últimos três anos.

§ 1.º Quando, por qualquer motivo imprevisto, alguma colecta de contribuição predial deixar de estar arrecadada, voluntária ou coercivamente, um ano depois do prazo marcado para o pagamento da última prestação, fica obrigado o secretário de finanças a solicitar oficialmente do delegado do Procurador da República, nos primeiros quinze dias depois de findo o referido ano, que promova no prazo máximo de dez dias, na respectiva conservatória, a favor da Fazenda Nacional, o registo hipotecário da importância em dívida, enviando para esse efeito àquele magistrado a certidão do conhecimento, a certidão da matriz, com o teor da descrição dos prédios colectados e todos os mais esclarecimentos que forem necessários para o referido registo.

§ 2.º A despesa do registo entrará em regra de custas no processo de execução.

Art. 276.º — No pagamento da contribuição predial não pode haver outro encontro que não seja o dos títulos de anulação.

Art. 277.º — Nenhum tribunal ou repartição pública

poderá ordenar o levantamento ou entrega de valores, provenientes da venda de bens imóveis, sem se mostrar paga a contribuição predial dos últimos três anos.

Art. 278.º — Os prédios rústicos são sujeitos em cada ano a contribuição predial por inteiro.

Art. 279.º — Em caso algum serão restituídas collectas de contribuição predial, que tenham dado entrada nos cofres do Estado, relativas a períodos além dos cinco últimos anos económicos.

Art. 280.º — Os proprietários são responsáveis pelas collectas de contribuição predial que não possam ser cobradas dos arrendatários por insolvência dos mesmos.

Art. 281.º — Para os efeitos do disposto no artigo 27.º, o secretário das finanças remeterá ao agente do Ministério Público os documentos e esclarecimentos necessários para requerer a respectiva acção ordinária, incluindo certidão donde conste se o prédio tem sido tributado, e desde quando, como inculto.

§ único. Passando em julgado a sentença a favor do Estado, o agente do Ministério Público tomará posse judicial, requererá registo na conservatória e remeterá todos os documentos, devidamente registados, ao inspector de finanças.

Art. 282.º — Salvos os casos especiais estabelecidos neste Código, em nenhum outro são permitidas reclamações colectivas sobre contribuição predial.

Art. 283.º — Não poderá usar das reclamações e recursos facultados neste Código quem ainda não tiver cumprido para com o Estado as suas obrigações como contribuinte do imposto predial e, nomeadamente com relação à contribuição predial urbana, as estabelecidas nos decretos de 12 a 18 de novembro de 1910, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades nesses mesmos diplomas estabelecidas.

§ 1.º O secretário de finanças que, em aplicação do disposto neste artigo, reconhecer a ilegitimidade do reclamante ou recorrente fará logo a respectiva informação, juntando-lhe os documentos comprovativos ou anotando-a com as referências necessárias.

§ 2.º Todavia, se o reclamante ou recorrente satis-

fizer a tempo as obrigações preteridas, o secretário de finanças logo dará andamento ao competente processo, nos termos gerais d'êste Código.

Art. 284.º — Quando se reconheça a necessidade da divisão de conhecimentos por se acharem indevidamente agrupados dois ou mais contribuintes, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em virtude de reclamação dos interessados, poderá autorizar essa divisão sem que dela resulte diminuição da importância total da colecta.

§ único. As divisões que se fizerem de conhecimentos deverão ficar consignadas no próprio lançamento e nas relações de descarga, formando-se débito ao tesoureiro pelos novos conhecimentos e procedendo-se à anulação do conhecimento substituído.

Art. 285.º — Todas as reclamações, requerimentos e recursos de que trata êste regulamento serão escritos em papel selado, excepto quando forem interpostos por parte da Fazenda Nacional.

Art. 286.º — São permitidas as assinaturas e rubricas de chancela, sob a responsabilidade dos respectivos funcionários, nas fôlhas das matrizes e cadernetas de avaliação, nos mapas de lançamento, nas fôlhas dos livros auxiliares, nos verbetes de que trata o artigo 116.º e nos conhecimentos de cobrança antes de serem entregues ao tesoureiro.

Art. 287.º — Os modelos para o serviço da contribuição predial só podem ser alterados quando a conveniência do serviço o exigir, e com prévia autorização do Ministro das Finanças, sôbre representação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

§ único. Todos os impressos para o serviço da contribuição predial, incluindo os das declarações e verbetes, serão fornecidos pelo Govêrno, pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, a requisição dos respectivos inspectores de finanças.

Art. 288.º — Todos os editais a que êste regulamento se refere serão eviados aos regedores, independentemente de ofício, mas averbando-se no copiador da correspondência da secretaria de finanças a data da remessa, para os necessários e posteriores efeitos.

§ 1.º Os regedores farão afixar os editais, sob sua

responsabilidade, com o auxilio dos escriptãos ou cabos seus subordinados.

§ 2.º Da afixação dos editais remeterão os regedores a competente certidão ao secretário de finanças.

Art. 289.º — Nos concelhos do continente e ilhas adjacentes onde as repartições de finanças não estiverem instaladas em edificios que reúnam as precisas condições de capacidade, de hygiene e de comodidade, para os empregados e para os contribuintes, deverá a respectiva câmara municipal prover à conveniente acomodação das mesmas repartições em casas próprias ou em outras apropriadas e para êsse fim por ela arrendadas.

§ único. Nos edificios onde se instalarem as repartições de finanças funcionarão também as tesourarias dos concelhos sempre que seja possível.

Art. 290.º — Quando as câmaras não cumprirem as disposições do artigo anterior, os secretários de finanças dos concelhos onde as repartições de finanças e as tesourarias não estiverem nas condições especificadas no mesmo artigo enviarão ao inspector de finanças uma exposição sobre o assunto, indicando o edificio apropriado para a acomodação das mesmas repartições, e, quando êsse edificio haja de ser tomado de arrendamento, a importância da renda exigida pelo senhorio, a verba de rendimento colectável em que estiver inscrito na matriz, a circunstância de ficarem em benefício do proprietário as obras que se realizarem ou de dever o edificio ser repostado no estado anterior ao arrendamento, e finalmente quaisquer outros esclarecimentos que elucidem convenientemente o assunto.

Art. 291.º — O Director Geral das Contribuições e Impostos mandará inspeccionar, por técnico da sua escolha e nomeação, o edificio indicado na exposição do secretário de finanças, para verificar se satisfaz as condições de capacidade, segurança e salubridade necessárias para o regular funcionamento dos serviços e comodidade dos contribuintes, apontando as modificações e reparações que sejam necessárias, do que de tudo apresentará relatório.

Art. 292.º — Sendo autorizado o arrendamento, e feitas as reparações e modificações que forem indicadas

pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, será o contrato reduzido a escrito, com observância dos preceitos estatuídos no decreto de 5 de dezembro de 1910.

§ 1.º Estes arrendamentos são feitos por anos civís e lavrados em triplicado, sendo a Fazenda Nacional representada pelo secretário de finanças.

§ 2.º A renovação dêstes arrendamentos, quando não sejam denunciados, fica dispensada da celebração de novo contracto escrito nos termos do artigo 1.º, § 3.º, do dito decreto, salvo, porém, a limitação prevista no artigo 26.º da lei de 20 de março de 1907.

Art. 293.º — As câmaras municipais inscreverão nos seus orçamentos, no capítulo das despesas obrigatórias, além das verbas para renda das casas das repartições e tesourarias de finanças, quando as não tenham próprias, as verbas necessárias para reparações e mobiliário das mesmas repartições.

§ 1.º Será descontada em duas prestações nos impostos directos do município, nos meses de maior cobrança, a importância das rendas de casa que o Estado tiver de pagar, e que será escriturada como receita do Estado, sob a epígrafe de «rendas de casa para as repartições de finanças».

§ 2.º Quando as câmaras municipais não cobrem impostos directos cumulativamente com os do Estado, serão as importâncias das rendas deduzidas nos impostos indirectos arrecadados nas alfândegas para as mesmas câmaras.

Art. 294.º — As câmaras municipais dotarão as repartições de finanças com todo o mobiliário necessário para o seu funcionamento, designadamente com uma estante para acomodação das matrizes, com tantos compartimentos quantos sejam os volumes destas, conforme o modelo que requisitarão à Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

§ único. O Governo fornecerá às repartições de finanças o mobiliário referido neste artigo se as câmaras municipais o não tiverem feito até 31 de março de cada ano, descontando o seu custo do adicional municipal que recai sobre as contribuições do Estado ou dos impostos indirectos cobrados nas alfândegas para as câmaras.

CAPÍTULO XVI

Disposições transitórias

Art. 295.º — Os contribuintes poderão reclamar ou recorrer dos lançamentos feitos em execução da lei de 15 de fevereiro de 1913, ou por êrros de cálculo, ou por exagêro de rendimento colectável.

Art. 296.º — As reclamações por êrro de cálculo serão dirigidas à junta de matrizes e apresentadas aos secretários de finanças no prazo de quarenta dias, contados da abertura do cofre para pagamento voluntário das duas primeiras prestações da contribuição predial de 1912. Estas reclamações podem ter por objecto:

- a) Êrro de cálculo nas colectas;
- b) Êrro de cálculo nas multiplicações de que tratam os artigos 6.º e 7.º da lei de 15 de fevereiro de 1913;
- c) Êrro no apuramento do rendimento colectável global.

Art. 297.º — As reclamações a que se refere o artigo anterior, depois de informadas pelos secretários de finanças e respectivos inspectores quando se verifique a hipótese da alínea c), em boletim de informação conforme o modelo n.º 32, que ficará junto ao requerimento, serão resolvidas pelas juntas de matrizes, no prazo de dez dias a contar do recebimento do boletim, afixando-se as respectivas resoluções na porta da repartição de finanças.

§ único. Se o êrro resultar de se ter attribuído ao reclamante, por confusão de nomes, ou por outra causa análoga, a posição de contribuinte em relação a prédios que de nenhuma maneira lhe respeitem e cuja contribuição deva exigir-se de outrem, far-se há novo apuramento do rendimento colectável global, passando-se ao reclamante o competente título de anulação unicamente pela diferença da taxa, e ordenando-se as necessárias rectificações em relação aos outros contribuintes.

Art. 298.º — Das decisões das juntas de matrizes haverá recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, interposto no prazo de trinta dias, a contar da afixação.

§ único. Por parte da Fazenda Nacional é competente para interpor o mesmo recurso o respectivo secretário de finanças, devendo fazê-lo sempre que a decisão seja em contrário da sua informação ou do parecer do respectivo inspector de finanças.

Art. 299.º — As reclamações por exagêro do rendimento colectável, inscrito nos mapas do lançamento da contribuição predial do ano de 1912, serão dirigidas à Direcção Geral das Contribuições e Impostos e apresentadas aos secretários de finanças no prazo de sessenta dias, contados da abertura do cofre para pagamento voluntário das duas primeiras prestações.

§ 1.º Quando o contribuinte possuir prédios em mais dum concelho, o prazo mencionado neste artigo será contado da data da abertura do cofre no concelho onde mais tarde comece a efectuar-se a cobrança

§ 2.º O prazo de que trata êste artigo em nenhum caso terminará no continente antes que decorram trinta dias da publicação dêste regulamento no *Diário do Govêrno*, e nas ilhas adjacentes sessenta dias contados da mesma publicação.

Art. 300.º — As reclamações de que trata o artigo anterior versam exclusivamente sôbre exagêro de rendimento colectável resultante da execução dos artigos 6.º e 7.º da lei de 15 de fevereiro de 1913.

§ 1.º Nas reclamações de que trata êste artigo, quando compreendam prédios urbanos totalmente arrendados, acêrca dos quais o respectivo proprietário tivesse observado as disposições do decreto com fôrça de lei de 12 de novembro de 1910, poderá deixar de proceder-se à avaliação dos mesmos prédios se fôr averiguado por modo iniludível que as rendas constantes dos contratos são realmente as que pagam os inquilinos. As reclamações atendidas no todo ou em parte com êste fundamento produzem a anulação de parte da colecta lançada em 1912, mas, enquanto não se fizer a avaliação, não alteram o rendimento colec-

tável, que deve ficar inscrito nas matrizes pela forma estabelecida na secção I do capítulo II, artigos 32.º e seguintes.

§ 2.º Fôra dos casos previstos no parágrafo anterior, a reclamação será primeiramente informada pelo secretário de finanças com todos os elementos que tiver ou recolher nos termos dos artigos 147.º e seguintes, e depois pelo inspector, que declarará em face dos verbetes globais se o reclamante tem prédios em mais concelhos do que os indicados no requerimento, seguindo-se, por ordem da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, a avaliação de todos os prédios do contribuinte no continente e ilhas adjacentes, cujo resultado ficará constando das matrizes prediais, passando-se título de anulação, se fôr devido, com respeito à contribuição lançada a mais em 1912, ou, em caso contrário, lançando-se adicionalmente a contribuição liquidada a menos com relação a êsse ano.

Art. 301.º — As reclamações mencionadas nos artigos 296.º, alínea c), e 300.º deverão indicar especificadamente os prédios que o contribuinte possuir em cada concelho, com todas as suas confrontações e situação, números dos artigos da matriz em que se acham inscritos, rendimentos que se lhes atribuem, indicação dum louvado para cada concelho em que o reclamante tiver prédios, quando seja necessário proceder à avaliação, e serão apresentadas em tantos exemplares, em papel selado, quantos forem os concelhos em que o reclamante fôr proprietário, sem o que não terão seguimento.

§ 1.º O disposto neste artigo é applicável às avaliações de que trata o artigo 45.º

§ 2.º Os louvados nomeados pelo contribuinte serão intimados pelos respectivos secretários de finanças para prestação do compromisso de honra no dia por estes designado.

Art. 302.º — Sómente serão permitidas avaliações parciais aos prédios dum mesmo contribuinte, depois de verificada a avaliação referida no artigo 45.º, tendo-se, porém, em vista o disposto no artigo 154.º

Art. 303.º — As reclamações que à data da publicação dêste Código já tiverem sido apresentadas sôbre

erro de cálculo ou exagêro de rendimento colectável serão consideradas como dirigidas às entidades competentes, dando-se-lhes o devido andamento nos termos estatuídos neste capítulo, devendo, porém, os contribuintes, no prazo de quinze dias a contar da mesma publicação, apresentar os exemplares a que se refere o artigo 301.º e completá-las ou esclarecê-las se tiverem sido deduzidas em condições diversas das prescritas neste capítulo.

Art. 304.º — As comissões avaliadoras de que trata o artigo 158.º e que hão de servir no ano corrente serão nomeadas na prazo de trinta dias a contar da publicação dêste Código e prestarão compromisso de honra perante o respectivo secretário de finanças no dia que êste designar.

§ único. Nas ilhas adjacentes êste prazo é elevado a sessenta dias.

Art. 305.º — As camaras municipais poderão ainda no ano corrente, ouvidos os quarenta maiores contribuintes, e dentro do prazo de noventa dias, contados da publicação dêste Código, fixar novas percentagens sobre a contribuição predial de 1913 até o limite estabelecido no § 3.º do artigo 25.º

Art. 306.º — Dentro do prazo de trinta dias contados da publicação dêste regulamento para o continente e, no de sessenta, para as ilhas adjacentes, serão nomeadas e instaladas as novas juntas de matrizes que devem funcionar no ano corrente, continuando em exercício as que se acham nomeadas enquanto não forem substituídas.

Art. 307.º — O serviço da organização das matrizes provisórias de que trata a secção I do capítulo II, artigos 32.º e seguintes, deve estar concluído até 31 de outubro de 1913.

Art. 308.º — Cessam os lançamentos especiais da contribuição predial urbana por cota de que trata o § 2.º do artigo 2.º da lei de 27 de junho de 1903 e o n.º 2.º do artigo 218.º do regulamento de 10 de agosto de 1903, passando os prédios que estavam sujeitos a êste regime a ser tributados segundos os preceitos dêste Código.

Art. 309.º — No corrente ano o Governo pode man-

dar cobrar, conjuntamente, a primeira e a segunda prestações, dentro dos trinta dias consecutivos à abertura dos respectivos cofres, applicando-se o disposto no artigo 137.º na falta de pagamento voluntário, mas devendo effectuar-se dentro dos trinta dias immediatos as operações de relaxe.

Paços do Govêrno da República, em 5 de junho de 1913. — *Afonso Costa — Rodrigo José Rodrigues — Álvaro de Castro — João Pereira Bastos — José de Freitas Ribeiro — António Caetano Macieira Júnior — António Maria da Silva — Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.*

LO N.º 1 (Artigo 42.º do Código da Contribuição Predial)

o de...

Concelho de...

Freguesia de...

MATRIZ PREDIAL URBANA

MODÉLO N.º 2 (Artigo 43.º do Código de Contribuição Predial)

[illegible]

Distrito de ...

Concelho de . . .

Freguesia de ...

MATRIZ PREDIAL RÚSTICA

Certidão do encerramento das matrizes prediais

Ano de ...

... secretário de finanças, do concelho de ...:

Certifico que as matrizes prediais dêste concelho foram encerradas em ... do mês de ... de 19..., para o serviço do lançamento da contribuição predial do ano de 19..., verificando-se ficar com o número de prédios e rendimento colectável, constantes do mapa seguinte:

Número de ordem das freguesias	Designação das freguesias	Número de fôlhas escritas		Número de prédios inscritos		Rendimento colectivo		
		Da matriz urbana	Da matriz rústica	Nas matrizes urbanas	Nas matrizes rústicas	Total	Dos prédios urbanos	Dos prédios rústicos

Importa o rendimento colectável dos prédios urbanos em ... e o dos prédios rústicos em ...
 Repartição de Finanças do concelho de ..., ... de ... de 19...

O Secretário de Finanças,
 F. ...

MODÉLO N.º 6 (Artigo 79.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de ...

Concelho de ...

Ano de 19 ...

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL URBANA

Caderno das alterações e anulações

Pro-
priet-
as
(5)

MODÉLO N.º 7 (Artigo 79.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de ...

Concelho de ...

Ano de 19 ...

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA

Caderno das alterações e anulações

MODÉLO N.º 8 (Artigo 83.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de . . .

Concelho de . . .

**Cadernó
de aperfeiçoamentos das matrizes prediais urbanas**

Número de ordem dos extractos (1)	Freguesias (2)	Artigo da matriz (3)

Extracto dos factos de que pode resultar aumento
no rendimento colectável dos prédios
e bem assim dos relativos às isenções temporárias

(4)

Ano em que foram
considerados nas matrizes

(5)

MODELO N.º 9 (Artigo 83.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de . . .

Concelho de . . .

**CADERNO
DE APERFEIÇOAMENTOS DAS MATRIZES PEDIAIS RÚSTICAS**

facto dos factos de que pode resultar aumento
no rendimento colectável dos prédios
em assim dos relativos às isenções temporárias

(4)

Ano em que foram
considerados nas matrizes

(5)

LO N.º 10 (Artigo 101.º do Código da Contribuição Predial)

do de ...

Concelho de ...

Ano de 19 ...

PA DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL URBANA

MODELO N.º 12 (Artigo 106.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de...

Concelho de...

Ano de 19...

LISTA DOS PROPRIETÁRIOS ISENTOS DE CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

Referências às matrizes prediais

[illegible]

MODÊLO N.º 15 (Art. 416.º, alínea e), do Código da Contribuição Predial)

(Verbetes resumidos)

Distrito de...

Contribuinte...
Morada...

O rendimento colectável global no país dêste contribuinte é de

3

Inspeção de Finanças do distrito de . . . de . . . de 19...

O Inspector,

F. . . .

Concelho de...

Resumo extraído dos mapas dos lançamentos da contribuição predial do ano de 19..., relativos aos ... maiores contribuintes

[illegible]

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL URBANA

Ano de 191... Artigo...

Concelho de... Bairro

3.ª prestação

Totalidade da colecta
Devedor ..., morador
O Secretário
F...

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA	Artigo...	de 191...	Concelho de...	Bairro
F...
4.ª ou última prestação.
Sal d'êste conhecimento
Contribuição
Sêlo de arrendamentos.
Impostos municipais e sêlo.
Soma
, morador em ..., a quantia de ..., proveniente da colecta de contribuição pre-				
de seus prédios neste ...				
Secretário de Finanças,	Pagou	...	em ... de ... de 191...	O Tesoureiro,
F...				F...

PREDIAL RÚSTICA

Artigo...

...Bairro

estação

§

atos §

e sêlo. §

Soma §

de 191...

Tesoureiro,
F....



PREDIAL RÚSTICA

Artigo...

...Bairro

estação

§

Centos. §

e sêlo. §

Soma §

3.ª PRESTAÇÃO

PRESTAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA

Ano de 191... Artigo...

Concelho de... Bairro

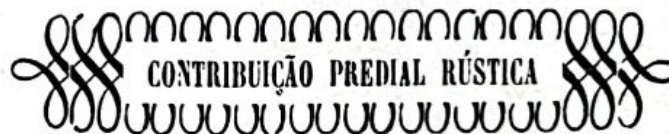
3.ª prestação

Importância da 3.ª prestação do
conhecimento respectivo. . . §

Pagou o Sr...., morador em...

Pago em...de...de 191...

O Tesoureiro,
F....



CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA

Ano de 191... Artigo...

Concelho de... Bairro

2.ª prestação

Importância da 2.ª prestação do
conhecimento respectivo. . . §

Pagou o Sr...., morador em...

Débito n.º . . .

Distrito de . . .

Concelho de . . .

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL URBANA

Ano de 191...

... secretário da junta de matrizes do ... no distrito de ...

Certifico que o mapa do lançamento da contribuição predial rústica d'este ... relativo ao ano de 191... comprehende ... colectas na importância de \$ pelas quais se extraíram os respectivos conhecimentos de cobrança que nesta data foram entregues ao competente tesoureiro. Em cumprimento e para os efeitos do artigo 129.º do Código da Contribuição Predial se passou a presente, em quadruplicado, aos ... de ... de 191...

E eu ..., secretário da junta, a escrevi e assino com o presidente da mesma junta.

O Presidente, . . .

O Secretário, ...

Desenvolvimento

[illegible]

(Verso do modelo n.º 20).

Recebi os ... conhecimentos de cobrança de que trata esta certidão na importância total de ... os quais verifiquei estarem processados na devida forma, selados com o selo branco da Inspeção de Finanças do districto e não conterem emendas ou rasuras que dâvida façam. E declaro que, por estar conforme esta certidão, passei em quadruplicado igual recibo na data de hoje.

Tesouraria do ..., em ... de ... de 191...

O Tesoureiro,
F. ...

Lançada no débito do livro modelo n.º 10 do ano de 191...-191...
a fls. ...

O Secretário de Finanças,
F. ...

MODELO N.º 21 (Artigo 129.º, n.º 2.º, do Código da Contribuição Predial)

Débito n.º . . .

Distrito de . . .

Concelho de . . .

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA

Ano de 191...

... secretário da junta de matrizes do ... no distrito de ...

Certifico que o mapa do lançamento da contribuição predial urbana dêste ... relativo ao ano de 191... compreende... colectas na importância de \$ pelas quais se extraíram os respectivos conhecimentos de cobrança que nesta data foram entregues ao competente tesoureiro. Em cumprimento e para os efeitos do artigo 129.º do Código da Contribuição Predial se passou a presente, em quadruplicado, aos ... de ... de 191...

E eu ..., secretário da junta, a escrevi e assino com o presidente da mesma junta.

O Presidente, . . .

O Secretário, . . .

Desenvolvimento

Contribuição predial rústica.
Sêlo de arrendamentos
Sêlo de conhecimentos sôbre os impostos municipaes
Compensação de despesa com a cobrança dos impostos directos municipais
Imposto especial municipal
Impostos municipales para despesas gerais.
.
.
.
.
Total

(Verso do modelo n.º 21).

Recebi os ... conhecimentos de cobrança de que trata esta certidão, na importância total de ... os quais verifiquei estarem processados na devida forma, selados com o sêlo branco da Inspeção de Finanças do distrito e não conterem emendas ou rasuras que dúvida façam. E declaro que, por estar conforme esta certidão, passei em quadruplicado igual recibo na data de hoje.

Tesouraria do ..., em ... de ... de 191...

O Tesoureiro,
F. ...

Lançada no débito do livro modelo n.º 10 do ano de 191...-191...
a fls. ...

O Secretário de Finanças,
F. ...

MODELO N.º 22 (Artigo 135.º do Código da Contribuição Predial)

Aviso

Distrito de ...

Concelho de ...

Freguesia de ...

O Sr. ..., morador ..., é avisado de que tem a pagar em ... prestações iguais nesta tesouraria a quantia de § de contribuição predial urbana e § de contribuição predial rústica em que foi colectado no ano de 191...

O cofre está aberto para a cobrança voluntária, sendo:

- 1.ª prestação no mês de janeiro.
- 2.ª prestação no mês de abril.
- 3.ª prestação no mês de julho.
- 4.ª prestação no mês de outubro.

As prestações que não forem satisfeitas nos prazos respectivos ficarão sujeitas aos juros da mora.

Vencidas e não pagas duas prestações proceder-se há dentro do prazo de 60 dias, contados do último dia do vencimento da segunda, ao relaxe de toda a dívida, e dentro do mesmo prazo, contado do vencimento da quarta prestação, quanto a esta e à terceira.

Tesouraria de Finanças do concelho de ..., em ... de ... de 191 ...

O Tesoureiro,

F. ...

(Verso)

Aviso para pagamento de contribuições

Ao Sr. ..., morador ...

F. ...

MODELO N.º 23 (Artigo 136.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de

Concelho de . . .

**Tabela dos abatimentos do rendimento médio
dos prédios rústicos d'êste concelho para despesas de cultura**

Espécies das culturas	Abatimentos fixados segundo a classe dos terrenos		
	1. ^a	2. ^a	3. ^a
Arroz			
Azeite			
Batatas			
Centeio			
Cevada			
Frutas de caroço e outras			
Frutas de espinho			
Hortaliças e legumes			
Matos			
Milho			
Pastagens artificiais			
Pastagens naturais			
Sal marinho			
Trigo			
Vinhos			

Junta de matrizes do concelho de . . . , em . . . de . . . de 191 . . .

A Junta,

F. . . .

Aprovo,

O Director Geral das Contribuições e Impostos,

F. . . .

MODÉLO N.º 24 (Artigo 162.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de ...

Concelho de ...

Freguesia de ...

CADERNETA DE AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS

MODÉLO N.º 25 (Artigo 162.º do Código de Contribuição Predial)

Distrito de . . .

Concelho de . . .

Freguesia de . . .

CADERNETA DE AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS

MODÉLO N.º 26 (Artigo 193.º do Código da Contribuição Predial)

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL...

Título de anulação n.º...

Ano de 191... Artigo n.º...

Distrito de...

Concelho de... .º bairro

Contribuição	-§-
Sêlo de arrendamento	-§-
Impostos municipais e sêlo	-§-
Total	-§-

Título de anulação pela quantia de ..., a favor de ...

Junta de matrizes do ..., em ... de ... de 191 ...

O Presidente, F....
O Secretário, F....

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL...

Título de anulação n.º...

Ano de 191...

Artigo n.º...

Distrito de...

Concelho de...

...º bairro

Contribuição -§-

O Sr. ..., morador em ..., tem direito à anulação da quantia de ... na colecta de contribuição predial, por virtude de ... sobre reclamação do mesmo.

Junta de matrizes do ..., em ... de ... de 191 ...

O Presidente, F....
O Secretário, F....

TÍTULO DE ANULAÇÃO

Verso do modelo n.º 26

Declaro que a importância de ..., referida neste título, foi encontrada na minha contribuição predial do ano de 191..., que satisfiz na tesouraria de ..., no dia ... de ... de 191...
..., ... de ... de 191...

O Interessado,
F....

Foi encontrado este título no conhecimento n.º ..., do ano de 191..., pago em ... de ... de 191..., que se achava em dívida na importância de \$, processado no nome do contribuinte a favor de quem foi passado este título.

O Tesoureiro,
F....

MODÉLO N.º 27 (Artigo 193.º do Código da Contribuição Predial)

Distrito de...

Ano de 191...

Concelho de...

Relação dos títulos de anulação de contribuição predial, passados pelas juntas de matrizes dêste concelho, que serão entregues aos interessados, mediante recibo, até o dia 31 de dezembro do ano corrente.

Nomes e moradas dos contribuintes	Ano a que respeita	Importância da anulação
Total		

Repartição de Finanças do concelho de . . , em ... de ... de 191...

O Secretário de Finanças,
F. . .

MODELO N.º 28 (Artigo 222.º, § 1.º, do Código da Contribuição Predial)

Multa por prédio omisso

Ano civil de 191...

Distrito de...

Concelho de... ..º bairro

Multa - \$ -

Devedor ...
Morador ...

O Secretário de Finanças,
F....

Pago em ... de ... de 191...

O Tesoureiro,
F....

Multa por prédio omisso

Ano civil de 191...

Distrito de...

Concelho de... ..º bairro

Multa - \$ -

Deve o Sr. ..., morador ..., a quantia de ..., proveniente da multa relativa ao seu prédio situado em ..., freguesia de ..., que estava omisso na matriz, cujo auto foi, por despacho de ... de ... de 191..., da ..., julgado subsistente.

O Secretário de Finanças,
F....

Pago em ... de ... de 191...

O Tesoureiro,
F....

MODELO N.º 29 (Artigo 227.º, § 2.º, do Código da Contribuição Predial)

Distrito de . . .

Concelho de . . .

Termo de abertura

Há-de servir êste livro para nele se registarem as participações e declarações dos prédios omissos nas matrizes prediais, contendo o número de fôlhas constante do termo de encerramento.

Repartição de Finanças do . . ., . . . de . . . de 191...

O Secretário de Finanças,
F. . .

Termo de encerramento

Contêm este livro ... fôlhas que estão por mim numeradas e rubricadas com a rubrica ... que uso.

O Secretário de Finanças,
F. ...

MODELO N.º 30 (Anexo 217.º, § único, n.º 1.º, do Código da Contribuição Predial)

Concelho de ...

... Bairro

Freguesia ...

Declaração para avaliação de prédio urbano

Apresentada por ...

Morador ...

Situação ou localidade dos prédios	Números de polícia	Divisões de que se compõe	Renda de cada andar ou divisão ou quantia em seu lugar atribuída	Foros e outros encargos que oneram os prédios e nomes e moradas das pessoas a quem são pagos	Confrontações do prédio

..., . . de ... de 191...

O Declarante,

F. ...



Concelho de ...

... Bairro

Freguesia ...

Talão recibo da declaração apresentada por ..., morador em ..., para avaliação dos seus prédios urbanos.

Em ... de ... de 191..

O Secretário de Finanças,

F. ...

MODELO N.º 31 (Artigo 247.º, § único, n.º 2.º, do Código da Contribuição Predial)

Concelho de ...

Bairro ...

Freguesia ...

Declaração para avaliação de prédio rústico

Apresentada por ...

Morador ..

Situação ou localidade dos prédios	Descrição dos prédios com a indicação dos seus nomes próprios se os tiverem e confron- tações	Espécies de cultura a que se destina	Se o terreno é de boa, regular ou inferior produção	Rendimento líquido anual dos prédios	Foros e outros encargos que os oneram e nomes e moradas das pessoas a quem são pagos

... em ... de ... de 191...

O Declarante,
F. ...



Concelho de ...

Freguesia ...

... Bairro

Talão recibo da declaração apresentada por ..., morador em ..., para avaliação de seus prédios rústicos.

Em ... de ... de 191...

O Secretário de Finanças,

R

[illegible]

Inspeção de Finanças do distrito de ..., ... de ... de 191...

O Inspector,
F...